

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAÍS TIEMI KIKUTHI

**A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NOS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS SOB A PERSPECTIVA DA TUTELA
JURISDICIONAL EFETIVA E DO ACESSO À JUSTIÇA**

CURITIBA

2010

THAÍS TIEMI KIKUTHI

**A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NOS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS SOB A PERSPECTIVA DA TUTELA
JURISDICIONAL EFETIVA E DO ACESSO À JUSTIÇA**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do curso de Direito,
Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Sérgio Cruz Arenhart

Co-orientador: Prof. Elton Venturi

CURITIBA

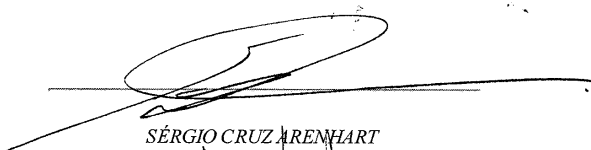
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

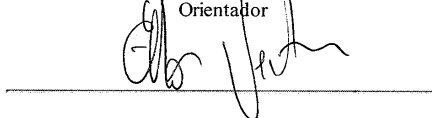
THAIS TIEMI KIKUTHI

"A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS SOB A PERSPECTIVA DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA E DO ACESSO À JUSTIÇA"

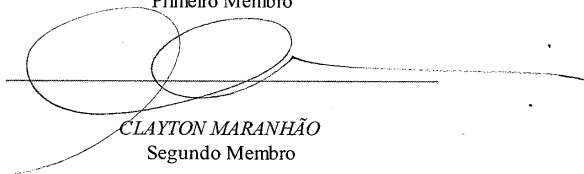
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



SÉRGIO CRUZ ARENHART
Orientador



ELTON VENTURI
Primeiro Membro



CLAYTON MARANHÃO
Segundo Membro

Não há grandes e pequenas causas, visto a injustiça não ser como aqueles venenos a respeito dos quais certa medicina afirma que, tomadas em grandes doses, matam, mas tomadas em doses pequenas, curam. A injustiça envenena, mesmo em doses homeopáticas.

Piero Calamandrei

Ao meu querido, amigo e
maravilhoso pai, por todo o
amor e carinho e por toda a
confiança que sempre
depositou em mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, por terem me ajudado a chegar até aqui. Agradeço ao meu pai, Sydney, pelas muitas horas de companheirismo, pelas diversas noites mal dormidas me fazendo companhia enquanto eu estudava, pela compreensão sempre inigualável, por ter acreditado tanto em mim, e por ter sido a melhor pessoa que eu já conheci. Agradeço à minha mãe, Cleusa, por todo amor e cuidado, pelo “barulho” de sempre, pela dedicação característica e por ser uma mulher tão forte.

Agradeço à minha família maravilhosa, que tanto me apoiou para que eu conseguisse concluir mais uma etapa da minha vida. Agradeço especialmente à minha vó, Hilda, por todas as risadas, ao meu irmão, Fernando, por nunca deixar o silêncio pairar sobre nós, à minha tia, Vilma, por ser minha segunda mãe e aos meus queridos primos, Roberta e Fábio, por me atrapalharem e me desviarem desta monografia sempre que podiam.

Agradeço às minhas amigas de longa data, por serem únicas e essenciais para a minha vida. Agradeço à minha “doizoka” querida, Bianca, por todo o amor, companheirismo e apoio.

Agradeço aos meus fiéis amigos da faculdade, Buba, Paula e Rayan, por todas as histórias incríveis e pelos momentos inesquecíveis que passamos juntos.

Agradeço à minha chefe amada e confidente, Iverly, pela infindável paciência e pelo aconchegante colo amigo.

Agradeço à minha professora e amiga, Renata, por toda a ajuda, pelos conselhos, pelos incentivos, pelas risadas e pelas loucuras diárias.

Finalmente, agradeço ao professor Sérgio Cruz Arenhart pela imensurável compreensão, atenção e paciência com que sempre me tratou.

RESUMO

A irrecorribilidade das decisões interlocutórias foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em recente julgado. Essa questão deve ser analisada sob a perspectiva do acesso à Justiça e da tutela jurisdicional efetiva, bem como a partir do caso concreto, e não apenas com base no texto da Lei. Apesar de a Constituição Federal não ter previsto expressamente o princípio do duplo grau de jurisdição, o legislador infraconstitucional deve agir cautelosamente ao restringir a aplicação dessa garantia. Os Juizados Especiais Cíveis têm como principal objetivo facilitar o acesso à Justiça ao maior número possível de cidadãos. O uso do agravo de instrumento não fere necessariamente o princípio da oralidade, do qual decorre a irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Outros diplomas legais prevêm expressamente o cabimento do recurso de agravo contra decisões que apreciam o pedido de tutelas de urgência. Proibir-se a recorribilidade significa, em determinadas situações, impedir-se o efetivo acesso do cidadão à Justiça e importa em lesão ao direito à adequada e tempestiva tutela jurisdicional.

Palavras-chave: duplo grau de jurisdição; decisões interlocutórias; Juizado Especial Cível; tutela jurisdicional efetiva; acesso à Justiça; agravo de instrumento.

ABSTRACT

The non-appealability of interlocutory appeals was upheld by the Supreme Court in a recent trial. This question must be analyzed from the perspective of access to justice and effective judicial protection, as well as from the case, and not just based on the text of the Law. Although the constitution has not expressly provided the principle of the double degree jurisdiction, the non-statutory lawmaker must act cautiously in limiting the application of lien. The Small Claims Courts have as main objective to make easier the access to justice to as many citizens as possible. The use of the interlocutory appeal does not necessarily hurt the principle of orality, which leads to non-appealability of interlocutory appeals. Other statutes expressly provide for the appropriateness of the grievance appeal against decisions that appreciate the request for emergency guardianships. To prohibit the appealability means, in certain situations, deny the effective citizen access to justice and injury to the right to adequate and timely judicial review.

Keywords: double degree jurisdiction - interlocutory appeals decisions - Small Claim Court - effective judicial protection - access to justice - grievance appeal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO I – Dos Princípios Constitucionais de Direito	12
2.1. Do papel da Constituição Federal no ordenamento jurídico brasileiro e sua relação com os demais ramos do Direito	13
2.2. Dos princípios constitucionais	16
2.2.1. Do princípio do devido processo legal	16
2.2.2. Do princípio do direito de ação (princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional)	18
2.2.3. Do princípio do contraditório	20
2.2.4. Do princípio da ampla defesa	22
2.3. Da natureza do princípio do duplo grau de jurisdição e sua relação com os princípios constitucionais	24
2.4. Conclusão	30
3. CAPÍTULO II - Dos Juizados Especiais Cíveis e seus princípios informadores	32
3.1. Dos Juizados Especiais de Pequenas Causas	32
3.2. Da criação dos Juizados Especiais Cíveis	36
3.3. Dos princípios informadores dos Juizados Especiais Cíveis	42
3.3.1. Princípio da oralidade	44
3.3.1.1. Princípio da concentração	46
3.3.1.2. Princípio da imediatidade do juiz	47
3.3.1.3. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	48
3.3.2. Princípio da simplicidade e da informalidade	50
3.3.3. Princípio da economia processual	52
3.3.4. Princípio da celeridade processual	53
3.4. Da relação entre o princípio do duplo grau e os princípios informadores do Juizado Especial Cível	55
3.5. Conclusão	56
4. CAPÍTULO III – Do Cabimento de recurso contra decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis	58
4.1. Dos recursos previstos pela Lei nº 9.099/1995	59
4.2. Da tutela antecipada e do recurso de agravo de instrumento nos Juizados Especiais Cíveis	61

4.3. Da possibilidade de interposição de recurso contra decisão interlocutória nos Juizados Especiais Federais.....	66
4.4. Da manutenção do cabimento da impugnação recursal contra decisões interlocutórias no Projeto do Novo Código de Processo Civil.....	67
4.5. Dos casos em que a recorribilidade das decisões interlocutórias é aceita nos Juizados Especiais.....	69
4.6. Conclusão.....	75
5. CONCLUSÃO.....	77
6. REFERÊNCIAS.....	80

1. INTRODUÇÃO

O direito à tutela jurisdicional efetiva e o direito de acesso à Justiça são assegurados a todos os cidadãos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, incisos XXXV e LXXVIII.

O respeito a esses direitos pode ser verificado de várias maneiras, entretanto, no presente trabalho, a questão será analisada a partir do tema da recorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

Nesse sentido, cumpre lembrar que o Direito não é estático, mas dinâmico, devendo estar em constante modificação para se adaptar às transformações e à complexidade da vida social.

Partindo-se dessa premissa, abordar-se-á o fato de que a Lei que regulamentou o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, no ano de 1995, não pode ser aplicada apenas com base em sua literalidade: é preciso que o intérprete analise o caso concreto, apoiando-se nos princípios constitucionais de Direito, de modo a proferir uma decisão justa e adequada à efetiva tutela jurisdicional.

Além disso, como bem salientou ROSA:

... o interesse social reclama soluções imediatas, justiça de portas abertas, economia de tempo, esforço e dinheiro, porque a justa e pronta composição da lide, mais que a satisfação do direito individual, é uma exigência da tranquilidade coletiva.¹

Deste modo, nos capítulos seguintes, far-se-á uma correlação entre a possibilidade de se interpor recurso contra decisões interlocutórias no procedimento disciplinado pela Lei nº 9.099/1995 e os referidos direitos à tutela jurisdicional efetiva e ao acesso à Justiça.

¹ Rosa, Eliézer. Novo Dicionário de Processo Civil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1986, p. 200-201.

Para tanto, abordar-se-á, no Capítulo I, alguns dos Princípios Constitucionais de Direito, elencados pela Carta Magna brasileira, com o objetivo de se investigar a natureza do princípio do duplo grau de jurisdição no Ordenamento Jurídico pátrio, estabelecendo-se assim, se há ou não possibilidade de essa garantia vir a sofrer limitações.

Ato contínuo, no Capítulo II, far-se-á um breve estudo acerca da criação dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil e dos princípios orientadores desse microsistema, a fim de se verificar a compatibilidade da garantia do duplo grau com esse órgão jurisdicional.

E, finalmente, no Capítulo III, após desvendada a natureza do duplo grau de jurisdição e estudado o funcionamento dos Juizados Especiais, serão apresentados alguns posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários a respeito da possibilidade de se recorrer das decisões interlocutórias, bem como serão traçados paralelos com outros diplomas normativos que trazem disposições relevantes para a prestação da tutela jurisdicional efetiva aos cidadãos.

Cumprе salientar que a recorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais é extremamente controvertida, de modo que a questão cinge-se não só ao ponto de vista principiológico, mas também a fatores políticos, de escolha legislativa, conforme adiante se perceberá.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de interposição de recursos contra decisões interlocutórias proferidas no procedimento regulado pela Lei nº 9.099/1995, não a partir da literalidade das normas contidas nesse arcabouço legal, mas sob a perspectiva da tutela jurisdicional efetiva e do acesso à Justiça.

2. Capítulo I - Dos Princípios Constitucionais de Direito

No âmbito dos Juizados Especiais, a impossibilidade de se recorrer das decisões interlocutórias é defendida ferozmente por grande parte da doutrina brasileira, sob o argumento de que isso não caracterizaria uma ofensa ao direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como atenderia aos princípios da oralidade e da economia processual, de modo a propiciar uma prestação jurisdicional mais célere.

Esse entendimento foi confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, em recente julgamento proferido em sede de recurso extraordinário, quando restou estabelecido que as decisões interlocutórias, prolatadas no procedimento regulado pela Lei nº 9.099/1995, não são recorríveis por meio de recurso de agravo de instrumento ou através de mandado de segurança.²

Não obstante, há que se ressaltar que já é possível encontrar, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, posicionamentos divergentes do anteriormente mencionado, principalmente no Estado de São Paulo, onde vem sido aceita a utilização do sistema recursal do Código de Processo Civil aos Juizados Especiais Cíveis.³

Desta forma, a fim de se analisar mais detidamente o tema da recorribilidade das decisões interlocutórias, bem como a eventual supressão de direitos ao se obstaculizá-la, passa-se, neste Capítulo I, a tratar de alguns princípios constitucionais que orientam a matéria processual, de forma a se estabelecer uma relação entre esses e o princípio do duplo grau de jurisdição.

O papel da Constituição no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a natureza do princípio da recorribilidade também serão objeto do presente estudo, a fim de que seja possível fazer uma investigação acerca do alcance da proteção gozada por esse princípio.

² STF, RE 576.847-3 BA, Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 20.05.2009.

³ Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 262.

Outrossim, devido à hierarquia estabelecida no sistema jurídico adotado pelo Brasil, em que as disposições constitucionais orientam e prevalecem sobre as demais, é fundamental esclarecer se o duplo grau de jurisdição é ou não assegurado constitucionalmente, para que somente após seja estudada a possibilidade de restrição desse direito pelo legislador infraconstitucional.

2.1. Do papel da Constituição Federal no ordenamento jurídico brasileiro e sua relação com os demais ramos do Direito

No sistema jurídico brasileiro, a Constituição da República é o *codex* que estabelece os princípios e as diretrizes para a construção do “edifício normativo”.⁴ Assim, uma vez que se caracteriza como o diploma legislativo de maior hierarquia no ordenamento, todo esse deve respeito às suas disposições, sejam estas regras ou princípios. O Direito Processual Civil, como integrante do sistema, também não foge à constatação, sujeitando-se integralmente ao disposto na Carta Constitucional.

Sobre a definição de “Constituição”, ROSAS argumenta que essa é a “regra maior”, que “dita normas de conduta ao legislador e que estrutura os poderes do Estado e assegura os direitos individuais”.⁵

No mesmo sentido, SILVA aponta que a Constituição “é a lei fundamental e suprema do Estado brasileiro”. Além disso, o autor salienta que “todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal”, ou seja, todas as

⁴ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 39.

⁵ Rosas, Roberto. Direito processual constitucional: princípios constitucionais do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983, p. 1

situações jurídicas devem se conformar com os princípios e preceitos constitucionais, sob pena de restarem inconstitucionais.⁶

A hierarquia das normas constitucionais é ainda salientada por BASTOS, que leciona que as normas componentes do ordenamento jurídico obedecem à determinada hierarquia, formando uma espécie de pirâmide, cujo topo é ocupado pela Constituição Federal. Dessa forma, todas as normas que se encontrem abaixo do topo estão a ela subordinadas. Para o referido jurista:

... estar juridicamente subordinada implica que uma determinada norma prevalece sobre a inferior em qualquer caso em que com ela conflite. A norma superior demanda obediência da subordinada, de tal sorte que esta lhe deverá dar sempre inteiro cumprimento sob pena de vir a ser viciada.⁷

Desta forma, haja vista o relevante papel da Constituição no sistema jurídico brasileiro, resta óbvia a vinculação obrigatória de todos os ramos do direito às disposições constitucionais.⁸ Pensar-se, assim, sobre a irrecorribilidade das decisões interlocutórias proferidas nos Juizados Especiais requer, inevitavelmente, que se trate da conformação constitucional tanto da instituição dos Juizados Especiais, criados para atender aos mandamentos de acesso à Justiça⁹, assim como dos princípios e garantias constitucionais do processo insculpidos no corpo daquele diploma legal.

A Carta Magna brasileira, portanto, traz em seu bojo preceitos sobre todos os ramos do Direito, inclusive acerca da matéria processual. Deste modo, podem ser encontradas inúmeras regras processuais nos dispositivos

⁶ Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2010, p. 46.

⁷ Bastos, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 47.

⁸ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 39.

⁹ Segundo Mauro Cappelletti, a criação de Tribunais de Pequenas Causas pode ser inserida na chamada terceira onda renovatória do processo civil, que consiste em transformações no processo e na própria atuação da justiça, visando ao maior acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário. Essas transformações têm o objetivo de tornar os procedimentos mais céleres, informais e econômicos, a fim de se ter uma justiça mais participativa e mais voltada para a realidade social dos conflitos.

constitucionais, fato que, somado ao caráter orientador do referido *codex*, faz com que a Constituição seja considerada “fonte formal do Direito Processual”.¹⁰

Assim, o direito processual é regido tanto por normas localizadas na Constituição quanto pelos preceitos contidos na legislação infraconstitucional.¹¹ Estes preceitos infraconstitucionais, por óbvio que não podem ser colidentes com o disposto na Constituição, sob pena de não serem compatíveis com o sistema e sua hierarquia.

Para a aplicação do direito ao caso concreto é necessário que o intérprete tenha como pressuposto as determinações constitucionais. Somente depois, então, deve se consultar o que estabelece o ordenamento infraconstitucional.¹²

Vale lembrar, ainda, que o processo, objeto do direito processual, não é um simples desencadear de atos. Como bem ressaltado por SÁ, “o processo deve ser acessível a todos e ter desenvolvimento regular, rápido e leal” de modo a se constituir em “instrumento eficaz para o acesso à ‘ordem jurídica justa’”.¹³

Assim, para que se oportunize qualquer discussão acerca da aplicação da legislação infraconstitucional a determinado caso concreto, há que se verificar, primeiramente, quais são os mandamentos constitucionais que orientam a matéria. Estes são não apenas vinculantes da atividade legislativa, mas também da aplicação do Direito, na exata constatação de que o jurista deve mover-se sempre dentro dos limites constitucionais.

¹⁰ Rosas, Roberto. *Direito processual constitucional: princípios constitucionais do processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983, p. 6.

¹¹ Nery Junior, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 41.

¹² Idem.

¹³ Sá, Djanira Maria Radamés de. *Teoria geral do direito processual civil: a lide e sua resolução*. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 20.

2.2. Dos princípios constitucionais

A Constituição Federal de 1988 elencou uma série de princípios gerais, dentre os quais se destaca o *princípio da dignidade da pessoa humana*, que fundamenta a República Federativa do Brasil e constitui a “norma fundamental do Estado”.¹⁴

Não obstante, além desses princípios considerados *gerais*, há também os *específicos*, “cuja incidência é direta”. Nesse sentido, NERY JUNIOR considera como princípio constitucional fundamental do processo civil o *princípio do devido processo legal*.¹⁵

Então, tendo em vista que o direito processual deve atender aos mandamentos constitucionais e que os princípios são considerados “diretrizes” no ordenamento jurídico brasileiro, passa-se à análise dos princípios que foram elencados pela Constituição Federal e que possuem íntima relação com o Direito Processual Civil.

2.2.1. Do princípio do devido processo legal

A cláusula do *due process of law* está insculpida no artigo 5º, da Constituição Federal, quando se afirma que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Esse referido princípio garante aos cidadãos a possibilidade efetiva de acesso à justiça, permitindo que a parte deduza pretensão e se defenda “do

¹⁴ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 76.

¹⁵ Ibidem, p. 77.

modo mais amplo possível”.¹⁶ O devido processo é, assim, uma garantia do cidadão que assegura tanto o direito de acesso ao Poder Judiciário, quanto o desenvolvimento processual da maneira previamente estabelecida em lei.¹⁷

BASTOS afirma, nesse sentido, que o “*due process of law* se concretiza para a parte a partir do momento em que ela tenha acesso ao Judiciário e possa se defender amplamente”.¹⁸

Veja-se o conceito trazido por CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO acerca desse princípio:

O devido processo legal, como princípio constitucional, significa o conjunto de garantias de ordem constitucional, que de um lado asseguram às partes o exercício de suas faculdades e poderes de natureza processual e, de outro, legitimam a própria função jurisdicional.¹⁹

THEODORO JÚNIOR afirma que modernamente, a idéia de devido processo legal é assimilada à idéia de *processo justo*. E na moderna concepção de processo justo, há preocupações que não estão ligadas apenas aos “aspectos formais e procedimentais ligados à garantia do contraditório e ampla defesa”. Integram também a idéia de processo justo *aspectos substanciais*, exigindo-se do juiz que não seja apenas a “boca da lei”, sendo que ao julgar a causa, o magistrado deverá “atualizar e adequar a norma aos fatos e valores em jogo no caso concreto”. De acordo com o autor, o juiz tem o dever de “complementar a obra do legislador, servindo-se de critérios éticos e consuetudinários, para que o resultado final do processo seja realmente justo, no plano substancial”.²⁰

¹⁶ Sá, Djanira Maria Radamés de. Teoria geral do direito processual civil: a lide e sua resolução. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 85.

¹⁷ Portanova, Rui. Princípios do Processo Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997. p. 145.

¹⁸ Bastos, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 226.

¹⁹ Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 56.

²⁰ Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 25.

Fato é, pois, que do princípio mencionado, por ser considerado “o gênero do qual todos os demais princípios e regras constitucionais são espécies”, decorrem vários outros, tais quais, o princípio do direito de ação, do contraditório e da ampla defesa.²¹

2.2.2. Do princípio do direito de ação (princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional)

Com relação ao *princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional*, também chamado de *princípio do direito de ação*, cumpre fazer algumas considerações.

O referido princípio encontra-se assegurado pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, quando estabelece que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Isso significa dizer que a parte tem o direito de afirmar lesão ou ameaça a direito, bem como o direito de influir sobre o convencimento do juiz, mediante recurso, se necessário, sem que se afaste, ainda, o direito “à antecipação e à segurança da tutela jurisdicional”.²²

No entanto, nem sempre esse direito foi tratado dessa forma. Na época do Estado Liberal, o direito de ação era entendido apenas como o direito formal de se propor uma ação. Somente mais tarde, com as Constituições modernas, é que se passou a considerar o direito de ação como direito de acesso à justiça, “perdendo a característica de instituto indiferente à realidade social”.²³

²¹ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 77.

²² Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil, vol. 1: Teoria Geral do Processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 221.

²³ Ibidem, p. 185.

Nesse sentido, diante de qualquer lesão ou ameaça de lesão, “surge imediatamente o direito subjetivo público de ter, o prejudicado, a sua questão examinada por um dos órgãos do Poder Judiciário”.²⁴

Dizer-se que se superou a concepção formal de acesso à Justiça significa repensar esta garantia para além do mero acesso aos Tribunais, dando-lhe coloração própria que perpassa a própria efetividade da jurisdição. Com efeito, garantir o mero acesso ao processo e deixar de dar ao cidadão instrumentos que o tornem efetivo e célere, nada mais é do que declaração formal sem conteúdo substancial e, exatamente por isso, insuficiente diante de todo o arcabouço constitucional.

Atualmente, apesar de a norma do referido princípio ter como destinatário principal o legislador, ela atinge a todos, ou seja, nem o legislador, nem qualquer outra pessoa pode impedir o acesso do jurisdicionado ao juízo para deduzir pretensão.²⁵

Como bem aponta NERY JUNIOR, todos devem ter “acesso à justiça para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativamente a um direito”.²⁶

O renomado autor ainda afirma que:

... pelo princípio constitucional do direito de ação, além do direito ao *processo justo*, todos têm o direito de obter do Poder Judiciário a *tutela jurisdicional adequada*. Não é suficiente o direito à tutela jurisdicional. É preciso que essa tutela seja a *adequada*, sem o que estaria vazio de sentido o princípio.²⁷

²⁴ Bastos, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 214.

²⁵ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p.170.

²⁶ Ibidem, p.171.

²⁷ Ibidem, p. 172.

Além disso, para NERY JUNIOR, “quando a tutela adequada para o jurisdicionado for medida urgente”, preenchidos os requisitos legais, o juiz “tem de concedê-la, independentemente de haver lei autorizando, ou, ainda, que haja lei proibindo a tutela urgente”.²⁸

Cumpre salientar, ainda, que, de acordo com SÁ, dentre outras situações, a “criação de mecanismos restritivos de cabimento de recursos” feriria o princípio do direito de ação.²⁹

O direito de ação, portanto, pressupõe muito mais do que o simples julgamento da ação. Ele é um direito constitucional que importa, em além do acesso à justiça, no direito à tutela jurisdicional adequada e no direito de se participar adequadamente do processo.³⁰

O conteúdo material do direito de ação, em especial à luz das chamadas ondas renovatórias do processo civil propostas por CAPPELLETTI, é indispensável para a compreensão do tema ora tratado, visto que a criação dos Juizados Especiais tem nítida ligação com a insuficiência da concepção abstrata do direito de ação.

2.2.3. Do princípio do contraditório

O princípio do contraditório é corolário do direito de ação e vem sendo adotado tradicional e expressamente pelo texto da nossa Constituição Federal, desde a Carta de 1824.

²⁸ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p.172.

²⁹ Sá, Djanira Maria Radamés de. Teoria geral do direito processual civil: a lide e sua resolução. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 26.

³⁰ Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil, vol. 1: Teoria Geral do Processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 216.

Tanto o princípio do contraditório, quanto o da ampla defesa encontram-se esculpido no corpo constitucional, em seu artigo 5º, LV: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

MARINONI define o direito ao contraditório como “o direito que confere às partes a possibilidade de atuar no processo com o objetivo de obter uma tutela jurisdicional favorável”, ou seja, essa garantia assegura às partes o direito de influir sobre o desenvolvimento e o resultado do processo.³¹

Além disso, segundo esse autor, o contraditório seria a “expressão técnico-jurídica do princípio da participação”, isto é, do princípio de que, nas democracias, todo poder deve ser legitimado pela participação. Assim, a legitimidade depende não só da participação do réu, mas também da participação do autor, de forma “efetiva e adequada no processo”. O processo, em especial aquilo que se pode chamar de diálogo processual, somente se justifica e se legitima na medida em que a participação das partes é propiciada de maneira democrática.³²

Da mesma forma, ROSAS afirma:

... o contraditório não se exaure na resposta, na contestação, também se estende a outros atos processuais, que impliquem na defesa. Se a parte requer determinadas medidas, e elas são negadas sem explicação, cerceia-se a defesa, e impede-se o contraditório.³³

Ainda nesse sentido, NERY JUNIOR assinala que o princípio do contraditório possui “íntima relação com o da igualdade das partes e do direito de ação”, demonstrando também que tanto o direito de ação quanto o direito de defesa são manifestações do contraditório.³⁴

³¹ Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil, vol. 1: Teoria Geral do Processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 266.

³² Ibidem, p. 313.

³³ Rosas, Roberto. Direito processual constitucional: princípios constitucionais do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983, p. 30.

³⁴ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes)

Para a plena configuração do contraditório, então, não basta que seja dado à parte apenas o conhecimento da ação e de todos os atos processuais subseqüentes; é necessário que se permita que as partes, tanto o autor quanto o réu, reajam “aos atos que lhes sejam desfavoráveis”.³⁵

2.2.4. Do princípio da ampla defesa

Como mencionado anteriormente, o princípio da ampla defesa também se encontra assegurado no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Para NERY JUNIOR, ampla defesa significa:

...permitir às partes a dedução adequada de alegações que sustentem sua pretensão (autor) ou defesa (réu) no processo judicial (civil, penal, eleitoral, trabalhista) e no processo administrativo, com a conseqüente possibilidade de fazer a prova dessas mesmas alegações e interpor os recursos cabíveis contra as decisões judiciais e administrativas.³⁶

Não é somente o direito de ação que é assegurado aos cidadãos; o direito de defesa também lhes é garantido, uma vez que “invocar a jurisdição para a tutela de direito é também direito daquele contra quem se age, contra quem se propõe a ação”.³⁷

e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 205.

³⁵ Ibidem, p. 206.

³⁶ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 244.

³⁷ Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2010, p. 431.

Aplicando-se esse princípio no processo civil, tem-se que quando sobrevém uma decisão desfavorável à parte, a ela é garantido o direito de interpor o recurso cabível contra a referida decisão.³⁸

Nesse sentido, PORTANOVA argumenta que a ampla defesa “não é uma generosidade, mas um interesse público” e que, “para além de uma garantia constitucional de qualquer país”, o direito de se defender é essencial ao Estado que “se pretenda minimamente democrático”.³⁹

Cumprе ressaltar que quando a Constituição Federal, ao tratar do contraditório e da ampla defesa, garante “os meios e recursos a ela inerentes”, não está o legislador garantindo recursos apenas à defesa, mas também à ação. Isso porque a ação também necessita do contraditório, e “não dispensa a possibilidade de alegar, de provar e de recorrer”.⁴⁰

No entanto, a disposição constitucional não garante o direito de recorrer indiscriminadamente, de modo que pode o legislador estabelecer um procedimento que afaste o direito de recurso contra certo julgamento.⁴¹

MARINONI afirma que:

Caso o desejo da norma fosse o de garantir, em todo e qualquer caso, o direito de recorrer, teria apenas dito que aos litigantes são assegurados o contraditório, a ampla defesa, e os *recursos*, e não o contraditório, a ampla defesa, e os meios e *recursos a ela inerentes*. Ora, se são assegurados o contraditório, a ampla defesa e os recursos *a ela inerentes*, é porque os recursos *nem sempre são inerentes* ao contraditório e à ampla defesa.⁴²

Deste modo, vê-se que a ampla defesa é considerada um dos mais importantes princípios constitucionais do processo. No entanto, para grande

³⁸ Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 244.

³⁹ Portanova, Rui. Princípios do Processo Civil. 4.^a edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001, p. 125.

⁴⁰ Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil, vol. 1: Teoria Geral do Processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 314.

⁴¹ Ibidem, p.315.

⁴² Idem.

parte da doutrina, o fato de se restringir a interposição de certos recursos, em determinados casos, não caracteriza uma ofensa a essa garantia constitucional.

2.3. Da natureza do princípio do duplo grau de jurisdição e sua relação com os princípios constitucionais

De acordo com LASPRO, falar-se em duplo grau de jurisdição é tecnicamente equivocado, uma vez que assim se estaria admitindo a existência de várias jurisdições e, por consequência, a “pluralidade de soberanias, o que não faz sentido”. Desta forma, o autor afirma que o significado do duplo grau não está relacionado a essa pluralidade, mas sim à “possibilidade de reexame das demandas, atendidas certas condições e levando-se em consideração a competência dos órgãos julgadores”.⁴³

LASPRO conceitua o duplo grau de jurisdição como sendo:

Aquele sistema jurídico em que, para cada demanda, existe a possibilidade de duas decisões válidas e completas no mesmo processo, emanadas por juízes diferentes, prevalecendo sempre a segunda em relação à primeira.⁴⁴

MARINONI e ARENHART sugerem que o duplo grau de jurisdição poderia ser melhor definido como “um duplo juízo sobre o mérito”, tendo em vista que em certos casos, a decisão pode ser revista “pelo mesmo juiz” ou “por juízes do mesmo grau de jurisdição daquele que proferiu a sentença”.⁴⁵

⁴³ Laspro, Oreste Nestor de Souza. Duplo grau de jurisdição no direito processual civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 2 (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman; v. 33)

⁴⁴ Ibidem, p. 27.

⁴⁵ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 495. (Curso de Processo Civil; v. 2)

Vê-se que esse princípio está intimamente ligado à falibilidade do juiz, ao inconformismo da parte vencida e à preocupação de se evitar a possibilidade de abuso de poder por parte do julgador.⁴⁶ Logicamente, há que se admitir que o ser humano é um ser falível e, por conseqüência, não está isento de cometer falhas, razão pela qual não seria razoável que os juízes pudessem decidir questões definitivamente sem que houvesse a possibilidade de se fazer algum tipo de questionamento quanto à sua fundamentação ao julgar.⁴⁷

Normalmente, são trazidas pela doutrina como vantagens do duplo grau a possibilidade de erro do julgador de primeiro grau, a maior experiência do julgador da segunda instância para analisar o caso, o controle psicológico realizado sobre o julgador de primeira instância, uma vez que saberá que a sua decisão será examinada por outros juízes, a necessidade de controle dos atos jurisdicionais.⁴⁸

Por outro lado, apresentam-se como desvantagens desse princípio o desprestígio da primeira instância, a ofensa ao princípio da oralidade, o prolongamento do feito, com a conseqüente elevação dos custos.⁴⁹

LASPRO acredita que o duplo grau “representa obstáculo à eficiência da organização judiciária”, uma vez que, segundo ele, não há como se demonstrar que a “decisão de segundo grau é ‘melhor’ que a de primeiro”, motivo que justificaria sua manutenção.⁵⁰ Além disso, para ele, “os direitos de ação e de defesa não se correlacionam, de per si e implicitamente, com o direito ao duplo grau de jurisdição”.⁵¹ Da mesma forma, o duplo grau não poderia ser incluído

⁴⁶ Nery Junior, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: RT, 2000, p.37.

⁴⁷ Ibidem, p. 39.

⁴⁸ Laspro, Oreste Nestor de Souza. Duplo grau de jurisdição no direito processual civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 99. (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman; v. 33).

⁴⁹ Ibidem, p. 114.

⁵⁰ Ibidem, p. 117.

⁵¹ Ibidem, p. 95.

como elemento essencial do devido processo legal, sendo aquele apenas *elemento accidental* desse.⁵²

Contudo, apesar do entendimento anteriormente esposado, LASPRO garante que se consta, na Constituição, a garantia do duplo grau de jurisdição, “a lei que impedir o acesso aos meios de impugnação é inconstitucional porque desobedece a este princípio e não porque desatende ao devido processo legal”.⁵³

Deste modo, mostra-se imprescindível verificar-se a natureza do princípio do duplo grau, a fim de se esclarecer se ele é ou não garantido pela Constituição Federal brasileira.

NERY JUNIOR menciona que o princípio do duplo grau seria uma *garantia fundamental de boa justiça* e que teria como objetivo “fazer adequação entre a realidade no contexto social de cada país e o direito à segurança e à justiça das decisões judiciais”, direitos esses assegurados pela Constituição da República.⁵⁴

Conforme o autor, as Constituições modernas dos países ocidentais têm previsto o referido princípio, sendo que “no Brasil, é a própria Constituição Federal que dá a tônica, os contornos e os limites do duplo grau de jurisdição”. No entanto, diferentemente da Constituição do Império, de 1824, que garantia irrestritamente o duplo grau de jurisdição, as demais Constituições que se seguiram não garantiram esse princípio ilimitadamente, mediante o propósito de adequar a realidade social ao direito à segurança e à justiça das decisões.⁵⁵

NERY JUNIOR afirma que quando a Carta Magna brasileira estabelece que “os tribunais do país terão competência para julgar causas originariamente e em grau de recurso”, ela evidentemente cria o duplo grau de jurisdição.

⁵² Laspro, Oreste Nestor de Souza. Duplo grau de jurisdição no direito processual civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 96. (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman; v. 33).

⁵³ Ibidem, p. 97.

⁵⁴ Nery Junior, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: RT, 2000, p. 40.

⁵⁵ Idem.

Porém, “o âmbito de abrangência” desse princípio é limitado pela Constituição.⁵⁶

Nesse sentido, finaliza o prestigiado autor:

Muito embora o princípio do duplo grau de jurisdição esteja previsto na CF, não tem incidência ilimitada, como ocorria no sistema da Constituição Imperial. De todo modo está *garantido* pela lei maior. Quer dizer, a lei ordinária não poderá suprimir recursos pura e simplesmente. Entretanto, compete ao legislador infraconstitucional tornar efetiva aquela regra maior, de sorte a imprimir operatividade ao princípio do duplo grau. Aí a razão pela qual existem algumas leis que restringem o cabimento de recursos.⁵⁷

CALÇAS também defende o caráter constitucional do princípio do duplo grau de jurisdição, afirmando que as Constituições Brasileiras “apesar de não preverem, expressamente o duplo grau de jurisdição como garantia constitucional, de forma implícita o instituíram”.⁵⁸ E acrescenta:

Na verdade, o recurso nada mais é do que uma das facetas do próprio direito constitucional de ação. Portanto, inserindo-se o direito de ação no elenco dos direitos constitucionais e prevendo a Lei Magna os diversos tribunais que integram o Poder Judiciário, evidentemente, de forma implícita, assegurava-se, também, o direito de recorrer.⁵⁹

Diferentemente de LASPRO, que conclui que o duplo grau de jurisdição “não é um direito constitucional e que sua simples supressão não levaria ao afastamento das garantias fundamentais das partes, em especial ao que se refere ao devido processo legal”⁶⁰, NERY JUNIOR entende que “é exigência do

⁵⁶ Nery Junior, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: RT, 2000, p. 41.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Calças, Manoel de Queiroz Pereira. Dos Recursos Extraordinário e Especial à luz da Nova Constituição Federal. Revista de Processo, v. 62, 1990, p. 244.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Laspro, Oreste Nestor de Souza. Duplo grau de jurisdição no direito processual civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 172,.. (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman; v. 33)

due process of law a existência do princípio do duplo grau de jurisdição”⁶¹. No entanto, a exigência desse princípio não pode ser desmedida. Nessa esteira, o último autor salienta:

A tratativa do duplo grau como garantia constitucional do devido processo legal, tendo enfoques do direito de defesa, é aceita pela moderna doutrina processualística, mas sempre com a ressalva de que o princípio deve ser de aplicação moderada pelos ordenamentos, de sorte a não divorciar-se o processo civil da realidade contemporânea de buscar-se uma justiça mais efetiva e rápida, sem se perder de vista a segurança.⁶²

Na linha dos que defendem a constitucionalidade desse princípio, GRINOVER acrescenta que o duplo grau está inserido no conjunto de garantias que formam o devido processo legal, mesmo sem ter sido previsto pela Constituição da República, no capítulo das garantias individuais.⁶³

No mesmo sentido, SÁ defende que o duplo grau é um corolário do princípio do devido processo legal, assegurado expressamente pela Constituição Federal, como se depreende do seguinte excerto:

... em resumo, o princípio do devido processo legal significa a garantia de participação dos sujeitos da lide na sua composição (através de outras garantias – contraditório, produção de provas, manifestação de razões e pretensões, igualdade das partes, duplo grau de jurisdição, juiz natural) e do Estado, no exercício de seu poder coativo de composição das lides.⁶⁴

No entanto, levando-se em consideração que, no Brasil, somente a Carta Política de 1824 dispôs *expressamente* sobre essa garantia, a

⁶¹ Nery Junior, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: RT, 2000, p. 43.

⁶² Idem.

⁶³ Grinover, Ada Pellegrini. Os princípios Constitucionais e o Código de Processo Civil. São Paulo: Bushatsky, 1975, p. 143.

⁶⁴ Sá, Djanira Maria Radamés de. Teoria geral do direito processual civil: a lide e sua resolução. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 23.

mencionada autora sugere que a matéria deve se circunscrever ao âmbito infraconstitucional.⁶⁵

MARINONI e ARENHART sustentam que o duplo grau de jurisdição “não é garantia constitucional ou fundamental de justiça” e acrescentam:

Embora o duplo grau possa ser considerado importante para uma maior segurança da justiça da decisão, a verdade é que ele não é vital para o bom funcionamento da justiça civil. Em algumas hipóteses, é racional e legítima a dispensa do duplo grau, especialmente em nome do direito fundamental de ação, ou, mais precisamente, de uma maior qualidade e tempestividade da tutela jurisdicional.⁶⁶

Assim, tendo em vista que de acordo com esses autores, o princípio do duplo grau não é *garantido* pela Constituição da República, para eles, o legislador infraconstitucional:

... não está obrigado a estabelecer, para toda e qualquer causa, uma dupla revisão em relação ao mérito, principalmente porque a própria Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXVIII, garante a todos o direito à tutela jurisdicional tempestiva, direito este que não pode deixar de ser levado em consideração quando se pensa em “garantir” a segurança da parte através da instituição da “dupla revisão”.⁶⁷

Da mesma forma, THEODORO JÚNIOR esclarece que a Constituição da República, embora tenha estruturado o Poder Judiciário de modo a prever *juízos de diferentes graus*, “não declarou de forma expressa a obrigatoriedade de observância do duplo grau em todo e qualquer processo”. Sendo, assim, a não aplicação desse princípio, segundo esse doutrinador, pode ser justificada até mesmo por *razões de ordem política*.⁶⁸

⁶⁵ Sá, Djanira Maria Radamés de. Teoria geral do direito processual civil: a lide e sua resolução. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 28.

⁶⁶ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 315. (Curso de Processo Civil; v. 2)

⁶⁷ Ibidem, p. 505.

⁶⁸ Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 29-30.

É possível perceber, pois, nitidamente, a divergência doutrinária acerca da natureza do duplo grau de jurisdição.

Uma coisa, entretanto, é incontroversa: o duplo grau não é garantido *expressamente* pela Constituição brasileira. Não obstante, se se entender que esse princípio é inerente ao princípio do devido processo legal, como defendem alguns autores, não há como se lhe negar proteção, principalmente diante do caso concreto.

2.4. Conclusão

Uma vez que o duplo grau não é garantido *expressamente* pela Constituição Federal, vê-se que ele pode vir a sofrer limitações pelo legislador infraconstitucional em determinadas circunstâncias. Contudo, especialmente no caso dos Juizados Especiais Cíveis, em que o recurso de agravo de instrumento não é vedado *expressamente* pela Lei nº 9.099/1995, mostra-se imprescindível analisar a questão do caso concreto, antes de simplesmente proibir-se a recorribilidade das decisões interlocutórias.

Esse posicionamento é sustentado tanto com base na doutrina que afirma ser o duplo grau garantia inerente ao devido processo legal, esse sim princípio fundamental constitucional, quanto com base nos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois como dito por MARINONI e ARENHART, quando o legislador garante que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”, o que quer dizer o mencionado artigo da Constituição, é que “o recurso não pode ser suprimido quando inerente à ampla defesa; e não que a previsão do recurso é

indispensável para que seja assegurada a ampla defesa em todo e qualquer caso”.⁶⁹

Deve se atentar ao fato de que inobstante o princípio do duplo grau de jurisdição não ser assegurado de forma *expressa* pela Constituição, a restrição do direito da parte de interpor recurso pode, em certos momentos, resultar em obstáculo ao próprio direito à tutela jurisdicional efetiva.

Assim, o que se pretende demonstrar a seguir é que a recorribilidade não deve ser estendida a todo e qualquer caso, indiscriminadamente. No entanto, em determinadas situações, a supressão do direito de recorrer pode significar ofensa a direitos constitucionalmente assegurados, tais quais, a ampla defesa, o contraditório, e o próprio direito de ação, entendido como direito de acesso à justiça, já que diante da negativa de tutela antecipada, por exemplo, o recurso contra tal decisão mostra-se *inerente à ampla defesa* e representa obstáculo ao acesso à justiça.

Desta forma, no próximo capítulo, far-se-á uma análise acerca das intenções do Legislador, quando da criação dos Juizados Especiais, bem como dos princípios informadores desse específico sistema jurisdicional, relacionando-se a possibilidade de interposição de recursos contra decisões interlocutórias com o direito de acesso à justiça, garantido a todos os cidadãos pela Carta Magna brasileira, em seu artigo 5º, inciso XXXV.

⁶⁹ Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 502.

3. Capítulo II - Dos Juizados Especiais Cíveis e seus princípios informadores

Como mencionado no Capítulo anterior, para melhor análise da possibilidade de interposição de recursos contra decisões interlocutórias proferidas no âmbito do procedimento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais é necessário que, primeiramente, se faça um estudo sobre o próprio procedimento em si, instituído pela Lei nº 9.099/1995, bem como sobre os objetivos do Legislador ao criar esse órgão jurisdicional.

Após essa tarefa, há que se verificar os princípios que norteiam o funcionamento do sistema dos Juizados, para somente, então, analisar se há uma conformação constitucional tanto da instituição dos Juizados Especiais, criados para atender aos mandamentos de acesso à Justiça, quanto uma conformação constitucional da supressão de recursos contra decisões interlocutórias prolatadas por esse órgão, defendida por alguns autores e ratificada pelo Supremo Tribunal Federal⁷⁰.

Desta forma, passa-se, a seguir, ao estudo dos motivos que levaram à criação dos Juizados Especiais Cíveis.

3.1. Dos Juizados Especiais de Pequenas Causas

Antes mesmo da instituição dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil, pela Lei nº 9.099/1995, já existiam em funcionamento no país os Juizados Especiais de Pequenas Causas, regulamentados pela Lei nº 7.244/1984, que tinham por objeto causas de reduzido valor econômico. Apesar de a primeira lei

⁷⁰ STF, RE 576.847-3 BA, Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 20.05.2009.

ter revogado essa última, os dispositivos da lei revogada foram basicamente reiterados, havendo algumas pequenas modificações.

Conforme consta da Exposição de Motivos da Lei nº 7.244/1984, um dos problemas que mais prejudicava o desempenho do Poder Judiciário naquela época era o “tratamento processual inadequado das causas de reduzido valor econômico e conseqüente inaptidão do Judiciário atual para a solução barata e rápida desta espécie de controvérsia”.⁷¹

De acordo com o, à época, Ministro Coordenador e Orientador do Programa Nacional de Desburocratização, Hélio Beltrão, essa ausência de tratamento judicial adequado para as pequenas causas afetaria, em tese, “gente humilde, desprovida de capacidade econômica para enfrentar os custos e a demora de uma demanda judicial”. Desta forma, “a garantia meramente formal de acesso ao Judiciário”, não atenderia ao princípio da proteção judiciária dos direitos individuais, tido como um dos princípios basilares da democracia.⁷²

A preocupação do legislador brasileiro com a viabilização do acesso à justiça a um maior número de cidadãos é evidente diante da análise dos motivos que levaram à criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Nesse sentido, não há como deixar de transcrever o que consta do item “6” do documento em que são enumeradas as razões para a instituição desse novo tipo de procedimento:

Impõe-se, portanto, facilitar ao cidadão comum o acesso à Justiça, removendo todos os obstáculos que a isso se antepõem. O alto custo da demanda, a lentidão e a quase certeza da inviabilidade ou inutilidade do ingresso em Juízo são fatores restritivos, cuja eliminação constitui a base fundamental da criação de novo procedimento judicial e do próprio órgão encarregado de sua aplicação, qual seja o Juizado Especial de Pequenas Causas.

⁷¹ Item “3”, da “Exposição de Motivos”, contida no Apêndice da Lei nº 7.244/1984, que instituiu o sistema do Juizado Especial de Pequenas Causas.

⁷² Item “4”, da “Exposição de Motivos”, contida no Apêndice da Lei nº 7.244/1984, que instituiu o sistema do Juizado Especial de Pequenas Causas.

Nesse sentido, GRINOVER faz uma importante observação quanto à necessária vinculação da idéia de acesso à justiça à observância das garantias do devido processo legal:

... é importante que se diga que a própria idéia de acesso à Justiça não só não é incompatível, como não pode desvincular-se das garantias do 'devido processo legal'. Isto porque 'acesso à Justiça', longe de confundir-se com 'acesso ao Judiciário' significa algo mais profundo: pois importa no acesso ao 'justo processo', como conjunto de garantias capaz de transformar o mero procedimento em um processo tal, que viabilize, concreta e efetivamente, a tutela jurisdicional. Não é por outra razão que o acesso à Justiça foi considerado como o mais importante dos direitos, na medida em que dele dependem todos os demais.⁷³

De acordo com WATANABE, o Juizado de Pequenas Causas era “a Justiça do cidadão comum”, daquele que “se vê envolvido em conflitos de pequena expressão econômica, (...) sem que saiba a quem recorrer para solucioná-los de forma pronta, eficaz e sem muito gasto”.⁷⁴

Não há dúvidas, portanto, de que o objetivo principal da criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas foi o de assegurar justiça ampla e eficaz ao maior número de indivíduos possível. Além disso, a agilidade e a rapidez, características desse novo tipo de procedimento, teriam que ser proporcionadas pelo Poder Judiciário sem que fosse sacrificado o devido processo legal e a igualdade das partes em sua participação efetiva. Ou seja, como bem salientou DINAMARCO, “era preciso modernizar pelo informalismo e simplicidade, sem ultrajar princípios nem comprometer a qualidade do produto final almejado”.⁷⁵

GRINOVER também partilha da mesma opinião e afirma que a simplificação do procedimento não pode implicar no abandono das “garantias

⁷³ Grinover, Ada Pellegrini. In: Watanabe, Kazuo (Coord.) Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p. 9.

⁷⁴ Watanabe, Kazuo. In: Watanabe, Kazuo (Coord.) Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p. 7.

⁷⁵ Dinamarco, Cândido Rangel. In: Watanabe, Kazuo (Coord.) Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p. 196.

clássicas da ação e da defesa”, quais sejam, a igualdade, o contraditório, a publicidade e o duplo grau de jurisdição.⁷⁶

Segundo DINAMARCO, a lei que instituiu os Juizados de Pequenas Causas tinha como objetivo não só proporcionar um processo mais ágil e célere; ela pretendia constituir-se em “fator educativo, destinado a preparar as pessoas para a correta e eficiente defesa de seus direitos e interesses”. Para o referido autor, a morosidade da Justiça Comum deixava as pessoas inertes, de modo que mesmo que sofressem lesões a direitos, preferiam não levar seus litígios ao Poder Judiciário.⁷⁷

O referido autor acrescenta, ainda, que esse “processo das pequenas causas” receberia “todo o influxo da teoria geral do processo”, inclusive sendo influenciado pelos “princípios e esquemas de raciocínio construídos ao longo de séculos”, de modo que se regia tanto pelo que disciplinava a Lei nº 7.244/84 quanto, subsidiariamente, pelas disposições do Código de Processo Civil, no que fosse com elas compatível.⁷⁸

Cumprе ressaltar que, para atender aos reclamos de celeridade e economia processual, os Juizados foram criados com o intuito de que o litígio fosse resolvido em uma audiência una, ou seja, as partes seriam ouvidas e tentar-se-ia a conciliação; caso não fosse possível conciliar, seriam colhidas todas as provas e a sentença seria proferida, tudo isso em uma mesma oportunidade: na sessão de conciliação e julgamento.⁷⁹

Diante desse quadro, por óbvio, não haveria “espaço” para decisões interlocutórias que pudessem vir a prejudicar qualquer uma das partes. O procedimento seria puramente oral, o litígio deveria ser decidido em uma única sessão e, em decorrência, as decisões interlocutórias seriam irrecorríveis.

⁷⁶ Grinover, Ada Pellegrini. In: Watanabe, Kazuo (Coord.) Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p. 10.

⁷⁷ Dinamarco, Cândido Rangel. In: Watanabe, Kazuo (Coord.) Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p.198.

⁷⁸ Ibidem, p. 197.

⁷⁹ Item “18”, da “Exposição de Motivos”, contida no Apêndice da Lei nº 7.244/1984, que instituiu o sistema do Juizado Especial de Pequenas Causas.

Como esclarece DINAMARCO, a idéia era de que na medida em que se obtivesse maior fidelidade ao modelo do processo oral, reduzir-se-ia os casos em que teria cabimento o recurso de agravo, sem prejuízo às partes.⁸⁰

No entanto, com o passar do tempo, e ao contrário do que desejava o legislador, o que se verificou não foi uma maior fidelidade ao procedimento oral, nem tampouco a solução dos litígios em uma única sessão.

Há que se registrar, contudo, que, conforme apontado por BACELLAR, a “promissora iniciativa” do Juizado de Pequenas Causas “antecipou a conscientização popular”, principalmente dos mais carentes, “de que o conhecimento e a defesa dos direitos são fundamentais para o exercício da cidadania”.⁸¹

Com o advento da Lei nº 9.099/1995, a Lei nº 7.244/1984 dos Juizados de Pequenas Causas foi revogada, porém, como já dito, poucas foram as efetivas alterações trazidas pelo novo Diploma Legal. Desta forma, passa-se à análise da criação dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e de seus princípios orientadores, a fim de se analisar o cabimento da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, sempre sob o enfoque do acesso à Justiça.

3.2. Da criação dos Juizados Especiais Cíveis

A previsão para a criação dos Juizados Especiais constou do artigo 98, da Constituição Federal de 1988:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou

⁸⁰ Dinamarco, Cândido Rangel. In: Watanabe, Kazuo (Coord.) Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p. 205.

⁸¹ Cunha, J. S. Fagundes (org.) Turma recursal única, juizados especiais cíveis e criminais do Paraná: anuário 2006. Curitiba: Juruá, 2006, p. 149.

togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Haja vista que as disposições quanto ao funcionamento dos Juizados, bem como quanto aos procedimentos a serem seguidos nesse sistema específico foram relegadas pelo constituinte ao legislador ordinário, em sede de lei federal⁸², inobstante já existissem à época os Juizados de Pequenas Causas, em 1995, foi promulgada a Lei nº 9.099, que regulamentou o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, revogando expressamente a Lei nº 7.244/84 e copiando quase que inteiramente o que dispunha esse Diploma Legal.

Como salientado por MARINONI e ARENHART, problemas como o custo, a longa duração do processo e a incapacidade de a justiça comum tratar de certas situações de direito material fizeram com que os cidadãos se afastassem da jurisdição, buscando formas alternativas para a resolução de seus conflitos. Nesse caso, quando as soluções são encontradas “fora do aparato estatal”, a legitimidade do Estado e seu monopólio para dirimir controvérsias da sociedade podem sofrer um grande risco.⁸³

De acordo com os mencionados autores:

O estreitamento do canal do acesso à justiça, além de produzir o indesejável descrédito do povo nas instituições jurídicas, produz o agravamento da litigiosidade latente, ponto que tem preocupado de forma muito significativa, pelas profundas repercussões de ordem social que pode acarretar.⁸⁴

É nessa seara, então, que se pode visualizar a criação dos Juizados Especiais: no cenário de um Estado preocupado em “fornecer meios

⁸² Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 25.

⁸³ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 702. (Curso de processo civil; v.2)

⁸⁴ Idem.

alternativos de resolução de disputas, direcionados a atender particularidades específicas das situações litigiosas”, tornando mais informal a prestação jurisdicional, de modo a aproximar o cidadão.⁸⁵

A competência dessa nova instituição foi alargada, já que, anteriormente, os Juizados de Pequenas Causas somente processavam e julgavam *causas de reduzido valor econômico* (até vinte vezes o salário mínimo que vigia no país), enquanto que os Juizados Especiais passaram a ser competentes para processar e julgar *causas de menor complexidade*, ou seja, a competência passou a ser adstrita à matéria jurídica em questão, não se subsumindo ao valor da alçada (caso o crédito exceda o limite de quarenta salários mínimos, o autor poderá optar pelo procedimento do Juizado, renunciando ao que o exceder). A referência ao valor da causa (no máximo de quarenta salários mínimos), assim, é trazida em uma das competências fixadas em razão da matéria (inciso I, do artigo 3º).⁸⁶

Segundo SILVA, é permitida a propositura de qualquer tipo de ação (condenatória, constitutiva ou desconstitutiva de uma relação jurídica, declaratória e executiva), desde que se observem as restrições quanto à incompetência dos Juizados para o julgamento das causas de natureza alimentar, falimentar, etc.⁸⁷

Para o mencionado doutrinador, os Juizados são:

Instrumentos de poder, criados pelos mandatários do povo, para servi-lo, de modo a solucionar-lhe as lides decorrentes da vida social, as quais por muito tempo foram deixadas de lado pelo Estado brasileiro. Eles têm por objetivo resgatar do seio da sociedade aquela litigiosidade contida, ou melhor, aquela demanda reprimida que não encontrava um canal institucional para a sua solução.⁸⁸

⁸⁵ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 702. (Curso de processo civil; v.2).

⁸⁶ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 19.

⁸⁷ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho SILVA. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 8.

⁸⁸ Ibidem, p. 4.

De acordo com LENZA, o Poder Judiciário ansiava pela promulgação da Lei nº 9.099/1995, na qual “depositava grande parte de suas expectativas de maior credibilidade junto aos jurisdicionados” frente à atual Justiça.⁸⁹ A autora ainda acrescenta que os Juizados Especiais:

Não retratam uma inovação simbólica, mas uma idéia que nasceu do anseio da população e que, para ser bem executada, não dispensa um judiciário munido de estrutura básica e suficiente, para viabilizar a criação de tantas varas específicas quantas forem necessárias e propiciar o acesso direto e imediato do cidadão ao processo, em procedimento ágil e com a prestação jurisdicional rápida, sem deixar de lado as necessárias garantias do devido processo legal.⁹⁰

PARIZATTO, de modo semelhante, afirma que os Juizados Especiais, como órgãos da justiça ordinária, têm a finalidade de atribuir um tratamento *desburocrático* às causas de menor complexidade, com o objetivo de outorgar tutela jurisdicional de forma mais rápida, “atendendo-se ao reclamo da sociedade, de ter-se uma justiça eficiente, desburocrática e que atenda prontamente seus anseios”.⁹¹

REINALDO FILHO, poucos anos após a promulgação da Lei nº 9.099, salientou que esse diploma legal representou quase que uma repetição da Lei nº 7.244/84, entretanto, sabiamente assinalou que a “simples repetição de alguns dispositivos da lei antiga, sem o necessário redesenho de determinados institutos” iria trazer inevitavelmente “impropriedades que somente o esforço do trabalho interpretativo” seria capaz de suplantar.⁹²

O referido autor ainda atentou para o fato de que os Juizados Especiais, além de evidenciarem o fenômeno da litigiosidade contida⁹³, provavelmente acarretariam uma diminuição de processos nas varas cíveis.⁹⁴

⁸⁹ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 25.

⁹⁰ Ibidem, p. 20.

⁹¹ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 140.

⁹² Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 9.

⁹³ O fenômeno da *litigiosidade contida* é caracterizado pela existência de conflitos que ficam absolutamente sem solução, em virtude de uma barreira ao acesso à justiça, na medida em

Os Juizados Especiais foram criados, então, sob os anseios de uma “justiça ágil, rápida, desformalizada e mais ‘palatável’ ao jurisdicionado”.⁹⁵

Cumprе ressaltar que a competência dos Juizados Especiais Cíveis é opcional⁹⁶: o autor pode escolher entre o procedimento da Justiça Comum e o dos Juizados, nas causas de sua competência, conforme disposto nas *Conclusões do VII Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais*, mediante Enunciado nº 1:

O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.

Nesse sentido, o extinto Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, em sede de recurso de Apelação, sob nº 568.749-00/5, decidiu que:

É dado ao autor optar entre o procedimento observado nos Juizados Especiais, e o próprio da Justiça Comum, posto que a Lei 9.099/95 colocou à disposição do jurisdicionado a possibilidade de escolha e de acesso a justiça para tutela de seu direito (...).⁹⁷

Outra questão relevante é a que diz respeito à utilização das disposições do Código de Processo Civil no procedimento regido pela Lei nº 9.099/95. Apesar de não ter sido feita qualquer referência ao uso dessa legislação como supletiva da norma especial, para os casos em que se verificasse alguma omissão legislativa do microssistema, a maior parte da doutrina defende que a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil deve ser permitida, desde

que muitos indivíduos não possuem condições nem de perceber que estão diante de um direito.

⁹⁴ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 8.

⁹⁵ Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 259.

⁹⁶ STJ, Resp. 208.868/SC, 4ª Turma, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. 04.11.99).

⁹⁷ 2º TACivSP, AC 568.749-00/5, 2ª Câmara Cível, j. 07.02.2000.

que se encontre “em perfeita consonância com os princípios orientadores dos Juizados Especiais”.⁹⁸

Nesse mesmo sentido, CARVALHO SILVA esclarece que a Lei dos Juizados não prevê, *de modo genérico*, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil para os casos em que faltar, *aparentemente*, solução para alguma questão processual. A Lei nº 9.099/95 menciona expressamente o código apenas duas vezes: quando trata da execução de sentença, afirmando que se aplica o CPC *no que couber* (artigo 52) e quando dispõe sobre execução de título extrajudicial, “determinando, em primeiro lugar, a observância do CPC, *com as modificações* introduzidas pela Lei (art. 53)”.⁹⁹

Desta forma, para esse doutrinador, caso as soluções não sejam encontradas na Lei dos Juizados Especiais Cíveis, essas devem ser procuradas nos princípios que, por determinação legal, orientam o intérprete na aplicação da própria Lei n. 9.099/95. Caso não haja uma *resposta satisfatória* extraída da análise dos princípios, o aplicador da lei deverá utilizar-se da subsidiariedade, observando as regras do CPC.¹⁰⁰

Por fim, com o intuito de corroborar o entendimento que autoriza a aplicação subsidiária do CPC no universo dos Juizados Especiais, colaciona-se a relevante lição expendida por ALVES:

Os Juizados Especiais situam-se, portanto, dentro de um microssistema normativo, com preceitos e princípios próprios. Ele existe de per si e só por analogia, na falta de uma norma própria, e, desde que não afrontando seus princípios, é possível a utilização de outros diplomas, notadamente o Código de Processo Civil.¹⁰¹

⁹⁸ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 39.

⁹⁹ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 5.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 259.

Visto o caráter de subsidiariedade da aplicação do Código de Processo Civil no procedimento regulado pela Lei nº 9.099, e levando-se em consideração que o recurso de agravo de instrumento, competente para impugnar decisão interlocutória, não foi expressamente previsto pela Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, cumpre, a seguir, realizar uma análise acerca dos princípios orientadores desse sistema especial, de modo a verificar se eles são compatíveis com a possibilidade de se recorrer de decisões interlocutórias, por meio de agravo de instrumento.

3.3. Dos princípios informadores dos Juizados Especiais Cíveis

O processo dos Juizados Especiais Cíveis é orientado por alguns princípios norteadores, que aparecem elencados no artigo 2º, da Lei nº 9.099/95:

Art. 2º. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Nesse sentido, de acordo com FIGUEIRA JUNIOR, princípios processuais seriam “um complexo de todos os preceitos que originam, fundamentam e orientam o processo”.¹⁰²

Especificamente quanto aos princípios que orientam o processo regulado pela Lei nº 9.099, CARVALHO SILVA argumenta que os princípios:

Constituem a própria razão de ser dos Juizados Especiais, criados objetivando estender à maior parte da população brasileira a possibilidade de vindicar os seus interesses, na esfera institucional, como forma de solucionar racionalmente os problemas do cotidiano,

¹⁰² Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 45.

segundo os princípios maiores do estado de direito e do regime democrático.¹⁰³

Desta forma, são princípios informadores dos Juizados Especiais, com a função de “reger o trabalho intelectual do intérprete da lei, ao buscar o sentido e o alcance da norma jurídica”, os princípios da *oralidade*, *simplicidade*, *informalidade*, *economia processual* e o da *celeridade*.¹⁰⁴

É preciso salientar, contudo, a lição de FIGUEIRA JUNIOR:

Todos os demais princípios fundamentais à orientação do universo processual civil e que estejam em sintonia com o espírito dos Juizados Especiais, tais como o contraditório, ampla defesa, igualdade entre as partes, segurança jurídica, relação entre o pedido e o pronunciado etc. (em síntese, o *due process of law*), têm ampla e irrestrita aplicabilidade neste microssistema.¹⁰⁵

Sendo assim, o processo dos Juizados Especiais deverá ser norteado com base em seus princípios informadores, sem desrespeitar, todavia, o que estabelecem os princípios fundamentais elencados pela Constituição Federal, principalmente o que diz respeito à garantia do devido processo legal.

Como bem ressaltou ANDRIGHI ao falar do procedimento dos Juizados Especiais:

Para o sucesso desse importante instrumento processual é preciso desregrar, desformalizar, simplificar, desburocratizar, modernizando conceitos, institutos, que devem ser adaptados à exigência de celeridade imposta pelos fatos sociais da vida moderna. Os aplicadores desta nova Lei devem afastar o excesso de tecnicismo e o rigorismo das formas, para que prevaleça o princípio da instrumentalidade no processo de conhecimento e faça do processo de execução um ‘processo de resultados’, cujo trabalho tem, como grande maestro o Juiz.¹⁰⁶

¹⁰³ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 4.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 46.

¹⁰⁶ Andrichi, Fátima Nancy. Juizados especiais cíveis e criminais. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 20.

A seguir, passa-se ao estudo de cada um dos princípios norteadores do procedimento do Juizado, a fim de se verificar a compatibilidade desses com a garantia do duplo grau de jurisdição.

3.3.1. Princípio da oralidade

Pelo *princípio da oralidade* tem-se que, no processo do Juizado Especial Cível, predominará o procedimento verbal, de modo a proporcionar que as partes dialoguem entre si e com o juiz, reduzindo-se a termo somente os *atos tidos como essenciais*.¹⁰⁷ Com esse princípio, objetivou o legislador “quebrar o rigor formal que tanto emperra o processo brasileiro”.¹⁰⁸

O tratamento da causa se dará precipuamente de forma oral, sem se afastar totalmente a utilização da escrita, haja vista ser imprescindível a documentação das fases e atos processuais essenciais, os quais deverão ser reduzidos a termo.¹⁰⁹

A escrita, no procedimento oral, não é totalmente excluída, uma vez que conforme CRETELLA JÚNIOR, “os procedimentos oral e escrito completam-se”.¹¹⁰ Para esse doutrinador:

Quando o legislador alude ao procedimento oral, ou ao procedimento escrito, isto significa não a contraposição ou exclusão, mas a superioridade de um, ou de outro modo, de agir em juízo. Ambos os tipos de procedimentos dizem respeito ao modo de comunicação entre as partes e o juiz.¹¹¹

¹⁰⁷ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 38.

¹⁰⁸ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 21.

¹⁰⁹ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 47.

¹¹⁰ Cretella Júnior, José. Comentários à Constituição de 1988. Vol. VI. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1999, p. 3046

¹¹¹ Idem.

Assim, o procedimento oral é formado tanto pelos fatos e atos conhecidos pelo juiz, “de viva voz”, quanto pelas provas produzidas e documentadas.¹¹²

Segundo REINALDO FILHO, a idealização do procedimento do Juizado Especial:

Constitui a verdadeira essência do processo oral sustentado por Chiovenda, assinalado naquelas outras facetas que lhe completam realmente a nota de utilidade: a concentração dos atos processuais, a imediatidade do julgador no contato com os fatos e as provas e a irreCORRIBILIDADE das decisões interlocutórias.¹¹³

FIGUEIRA JUNIOR também apresenta como “grande vantagem” da oralidade uma que segundo ele poderia ser classificada como de *ordem psicológica*: “as partes têm impressão de exercitar, elas mesmas, uma influência decisiva no deslinde a demanda, resultando, em contrapartida, no melhoramento da imagem do Judiciário perante os jurisdicionados”.¹¹⁴

De acordo com MARINONI e ARENHART, a oralidade, além de contribuir para imprimir celeridade ao processo, permite que se obtenha uma “resposta muito mais fiel à realidade”.¹¹⁵ Conforme os autores:

O contato direto com os sujeitos do conflito, com a prova e com as nuances do caso permitem ao magistrado apreender de forma muito mais completa a realidade vivida, possibilitando-lhe adotar visão mais ampla da controvérsia e decidir de maneira mais adequada.¹¹⁶

¹¹² Cretella Júnior, José. Comentários à Constituição de 1988. Vol. VI. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1999, p. 3046, p. 3046.

¹¹³ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 13.

¹¹⁴ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 52.

¹¹⁵ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 703. (Curso de Processo Civil; v. 2).

¹¹⁶ Idem.

O princípio da oralidade ainda traz consigo outros *norteamentos principiológicos complementares*, quais sejam, o imediatismo, a concentração e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.¹¹⁷

3.3.1.1. Princípio da concentração

O *princípio da concentração* pressupõe que os atos processuais sejam concentrados em audiência na maior medida possível, ou seja, os atos devem ser realizados “numa única etapa ou em audiências aproximadas”.¹¹⁸

No mesmo sentido, REINALDO FILHO sustenta que com base no princípio da oralidade, “todos os atos de instrução praticam-se de uma só vez, ou no lapso mais breve possível”. No procedimento do Juizado, “toda a instrução, discussão e julgamento da causa deve ser realizada em uma única audiência”.¹¹⁹

Como esclarece SALVADOR, o princípio da oralidade seria observado nos Juizados começando-se pela concentração total em audiência. Só dessa forma seria respeitado o princípio da identidade física do juiz, “pois aquela audiência seria a única do processo, com irrecorribilidade das decisões que venham a ser proferidas”.¹²⁰

¹¹⁷ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 48.

¹¹⁸ Ibidem, p. 49

¹¹⁹ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 13.

¹²⁰ Salvador, Antônio Raphael Silva. Juizados especiais cíveis: estudos sobre a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995: parte prática, legislação e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2000, p. 12.

3.3.1.2. Princípio da imediatidade do juiz

Já em relação ao *princípio da imediatidade do juiz*, entende-se que, por ele, o juiz deve:

... proceder diretamente à colheita de todas as provas, em contato imediato com os litigantes, bem como propor a conciliação, expor as questões controvertidas da demanda, dialogar com as partes e com seus advogados sem maiores formalidades etc., o que resulta na facilitação da composição amigável ou no melhor e mais rápido convencimento do julgador.¹²¹

Ou seja, o juiz deve ter um contato direto com as partes e deve colher “os elementos indispensáveis à formação de seu convencimento pessoalmente”.¹²²

FIGUEIRA JUNIOR ainda acrescenta o *princípio da imutabilidade do juiz* como decorrente do princípio da oralidade, afirmando ser necessário que o magistrado acompanhe pessoalmente o desenvolver do processo, desde o início da demanda, até o término, “ressalvadas as hipóteses de atenuação enumeradas no art. 132 do CPC”¹²³, que são exceções à identidade física do juiz.¹²⁴

¹²¹ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 49.

¹²² Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 13-14.

¹²³ Dispõe o artigo 132, do Código de Processo Civil: “O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor”.

¹²⁴ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Op. cit., p. 49.

3.3.1.3. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias

Por fim, como último desmembramento do princípio da oralidade, é trazido o *princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias*, com o objetivo de evitar paralisações, mesmo que parciais, “dos atos ou qualquer tumulto que possam prejudicar o bom andamento do processo”.¹²⁵

Há quem justifique essa irrecorribilidade com base no fato de que o artigo 41, da Lei nº 9.099/95, prevê somente recurso contra a sentença (recurso nominado), afastando, “por exclusão, a viabilidade de se atacar pela via recursal as decisões proferidas no decorrer do procedimento”.¹²⁶

Outrossim, haja vista que pelo *princípio da concentração*, como mencionado anteriormente, todos os atos deveriam ser praticados em audiência, em tese não haveria espaço para a prolação de decisões interlocutórias e conseqüentemente, não haveria razão para se permitir a recorribilidade dessas decisões.

ARRUDA ALVIM esclarece o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, corolário do princípio da oralidade:

O mal expressado sub-princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias representa a impossibilidade de se usar, para as decisões proferidas no curso do processo (precisamente, durante a instrução oral), de um recurso que paralise o mesmo, ou seja, não se pode apelar das interlocutórias (v. arts. 162, § 2º, e 522). Esta regra vale para todas as decisões interlocutórias, mas para as proferidas dentro do segmento representado pela instrução oral, a regra fundamenta-se na razão de ser da própria concentração. Veda-se recurso de apelação das interlocutórias, de que se trata, pois, do contrário, em face do efeito suspensivo da apelação, procrastinando-se a fase instrutória, que viria a ser desconcentrada, possivelmente o princípio da imediação, conjugado com seu complemento, o da identidade física do juiz, pouco operariam, na verdade.¹²⁷

¹²⁵ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 49.

¹²⁶ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 14.

¹²⁷ Alvim, José Manuel Arruda. Manual de Direito Processual Civil. v. I. Parte Geral, p.12.

Vê-se que para o referido doutrinador, portanto, a questão central da proibição da recorribilidade estaria na impossibilidade de se interpor recurso com efeito suspensivo contra as interlocutórias.

Da mesma forma, NERY JUNIOR afirma que “o que se pretende evitar com a adoção do princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias é que se confira efeito suspensivo ao recurso previsto para atacá-las”.¹²⁸

Partindo-se desses apontamentos, verifica-se que, caso seja utilizado recurso sem efeito suspensivo para impugnar determinada decisão interlocutória (recurso de agravo), não se estará ferindo o princípio da *irrecorribilidade das interlocutórias* e conseqüentemente, o princípio da oralidade.

Nesse sentido, torna-se necessário colacionar o importante esclarecimento do prestigiado doutrinador BAPTISTA DA SILVA acerca dessa questão:

Para tornar-se realmente efetivo o princípio da oralidade, à medida que ele se vincula com o princípio da concentração, torna-se necessário impedir, tanto quanto possível, as contínuas interrupções no andamento do processo motivadas pelos recursos opostos pelas partes contra as decisões tomadas pelo juiz sobre os incidentes surgidos na tramitação da causa. Contra tais decisões, ditas interlocutórias, em nome da preservação do princípio da oralidade, ou não se concede recurso algum, ficando a matéria aí decidida imune à preclusão, de modo a ser apreciada eventualmente pelo tribunal do recurso interposto da sentença final, ou admite-se o recurso sem suspensão da causa, como acontece com o agravo de instrumento, que se processa sem prejuízo da tramitação do feito, podendo, no entanto, pela nova redação dada ao art. 527 do CPC, conceder, o relator do recurso, efeito suspensivo ao agravo de instrumento.¹²⁹

Assim, vê-se que a irrecorribilidade das decisões interlocutórias é decorrente do princípio da oralidade e do fato de que os Juizados Especiais Cíveis foram criados para a resolução de conflitos em uma audiência una, onde

¹²⁸ Nery Junior, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: RT, 2000, p. 153.

¹²⁹ Silva, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de processo civil: processo de conhecimento. Vol. 1. 6. ed. rev. e atual. com as Leis 10.352, 10.358/2001 e 10.444/2002. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 68-69.

não haveria “espaço” para decisões proferidas fora da audiência, durante o curso do processo.

No entanto, cumpre ressaltar que, como já preconizado pelo ilustríssimo doutrinador BAPTISTA DA SILVA, diante do princípio da oralidade e da concentração tem-se duas opções: impedir-se a recorribilidade das decisões interlocutórias, a fim de não tumultuar o andamento do feito, ou admitir-se recurso, que se processará sem atrapalhar o prosseguimento da demanda.

A respeito da irrecorribilidade, é interessante notar os apontamentos trazidos por THEODORO JÚNIOR, quando esse afirma que, mesmo para os mais ardorosos defensores da oralidade, como Chiovenda, no processo Comum, o que se mostrava inconciliável com a oralidade era a “recorribilidade *em separado*”, ou seja, a que acarreta a “frequente e indesejável paralisação da marcha do processo”. No entanto, foi instituído pelo Código de Processo Civil brasileiro um tipo de recurso que não interfere no curso do processo (agravo de instrumento), não se podendo, então, nas palavras do ilustre doutrinador, “atribuir-lhe, na espécie, uma grave oposição ao princípio da oralidade”.¹³⁰

Assim, ainda que o mencionado por THEODORO JÚNIOR tenha aplicação especialmente no processo comum, é com base principalmente nessa possibilidade que se pretende, no presente trabalho, questionar a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

3.3.2. Princípio da simplicidade e da informalidade

Como bem apontado por MARINONI e ARENHART, o cidadão comum não entende o procedimento judicial. Por esta razão, quando esse indivíduo precisa recorrer ao Judiciário, ele se sente inibido, intimidado, sendo que esse

¹³⁰ Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 31-32.

constrangimento, em não raras vezes, “leva o indivíduo a abdicar do direito de ação, suportando a lesão a seu direito, e dando azo à chamada litigiosidade contida”.¹³¹

Desta forma, a simplicidade preconizada pela Lei nº 9.099/95 está ligada à noção de que, para a resolução mais rápida dos litígios, o processo deve ser simples no modo em que tramita, “despido de exigências nos seus atos e termos, com a supressão de quaisquer fórmulas obsoletas, complicadas ou inúteis”.¹³²

De acordo com LENZA, a simplicidade implica em ser o processo “simples, fácil e descomplicado”. Para ela, esse princípio tem o propósito de “colocar todos em pé de igualdade, retirando qualquer inibição da parte frente ao Poder Judiciário”. Vale lembrar, ainda, que decorre da simplicidade a possibilidade de se dispensar a representação através de advogado.¹³³

PARIZATTO também acrescenta que o princípio da simplicidade sugere que “o processo tramitará da forma mais espontânea possível, com naturalidade e sinceridade pelas partes e sem que haja burocracia”.¹³⁴

Deste modo, vê-se que o princípio da simplicidade nada mais é do que uma forma de desburocratizar o processo, facilitando a compreensão do processo pelo cidadão, com o objetivo de estreitar o contato direto das partes com o juiz, a fim de proporcionar efetivo acesso à justiça ao maior número possível de cidadãos por meio de um ambiente mais informal.

No que se refere ao princípio da informalidade, tem-se que as exigências quanto às formas dos atos devem ser reduzidas ao máximo, sendo que “sempre os atos processuais serão considerados válidos quando preencherem as finalidades para as quais foram realizados (art. 13, *caput*)”.¹³⁵

¹³¹ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p.704. (Curso de Processo Civil; v. 2).

¹³² Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 14.

¹³³ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 21.

¹³⁴ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 39.

¹³⁵ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Op. cit., p. 15.

PARIZATTO também se posiciona no mesmo sentido, afirmando que os processos do juizado deverão tramitar “sem formalidades excessivas e rigorosas, exceto àquelas atinentes ao próprio andamento processual”.¹³⁶

De acordo com TUCCI, o ato processual pode ser realizado “por qualquer modo plausível, desde que a forma escolhida se mostre apta ao atingimento da finalidade colimada na sua prática”.¹³⁷

Para LENZA, o critério da informalidade foi instituído para “dar o máximo de liberdade na instrumentalidade das formas processuais”. No entanto, a autora ressalta que a informalidade deve estar presente em todas as fases do processo “para não ferir o seu escopo de processo rápido, devendo adequar-se apenas ao princípio constitucional do devido processo legal como exigência de segurança para as partes”.¹³⁸

Em resumo, os princípios da simplicidade e da informalidade visam a “descomplicar” o procedimento do Juizado, sempre com o objetivo de facilitar o acesso da população a essa Justiça diferenciada e de fornecer soluções mais rápidas aos litígios. Como bem aponta LOPES, “pretende-se, em síntese, evitar o formalismo do processo civil comum, com a supressão de atos desnecessários e a simplificação do procedimento probatório”.¹³⁹

3.3.3. Princípio da economia processual

Pelo critério da economia procura-se tornar o processo acessível a todos os indivíduos com o menor gasto de tempo e de despesas possível, além do menor *dispêndio de trabalho*. Como salientado por LENZA, esse princípio, bem

¹³⁶ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 39.

¹³⁷ Tucci, Rogério Lauria. Manual do Juizado Especial de Pequenas Causas. São Paulo: Saraiva, 1985, p. 120.

¹³⁸ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 23.

¹³⁹ Lopes, João Batista. A prova no direito processual civil. São Paulo: RT, 1999, p. 170.

como o da *celeridade*, aparecem com um dos mais relevantes princípios orientadores do processo especial dos Juizados.¹⁴⁰

De modo semelhante, PARIZATTO afirma que a *economia processual* implica no fato de que os processos “tramitarão com a diminuição de atos e providências exigidas nos procedimentos comuns, incluindo-se aqui, também, o interesse de outorgar acesso aos Juizados Especiais, a todas as pessoas”.¹⁴¹

TUCCI, por outro lado, relaciona o critério da *economia processual* à “gratuidade do acesso ao primeiro grau de jurisdição”.¹⁴²

THEODORO JÚNIOR sustenta que o processo deve idealizar proporcionar às partes *uma Justiça barata e rápida* e que o princípio da economia processual é vinculado diretamente à garantia do devido processo legal, “porquanto o desvio da atividade processual para os atos onerosos, inúteis e desnecessários gera embaraço à rápida solução do litígio, tornando demorada a prestação jurisdicional”.¹⁴³

Em síntese, pode-se afirmar que por esse, princípio, busca-se tornar o processo dos Juizados Especiais mais compactos, economizando-se tempo, despesas e atos processuais.

3.3.4. Princípio da celeridade processual

Primeiramente, há que se destacar que a Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, acrescentou o inciso LXXVIII ao artigo 5º, da Constituição Federal, assegurando que:

¹⁴⁰ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 24.

¹⁴¹ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 39.

¹⁴² Tucci, Rogério Lauria. Manual do Juizado Especial de Pequenas Causas. São Paulo: Saraiva, 1985, p. 50-51.

¹⁴³ Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 32-33.

A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo, e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

No entanto, antes mesmo dessa alteração constitucional, o Legislador já havia procurado imprimir celeridade ao feito dos Juizados Especiais, prevendo a obediência ao princípio da celeridade processual, de modo a proporcionar a tutela jurisdicional efetiva dentro do menor espaço de tempo possível.

Conforme afirma LENZA, a celeridade processual é o principal objetivo da Lei dos Juizados. E isso, segundo ela, se justifica pela própria natureza da instituição regulada pela Lei nº 9.099/95, que foi criada “como alternativa à problemática realidade dos órgãos da Justiça comum, entravada por toda sorte de deficiências e imperfeições, que obstaculizam a boa fluência da jurisdição”. A celeridade processual seria, então, a principal meta desse novo sistema porque seria o principal diferencial quanto ao processo comum, na visão dos cidadãos.¹⁴⁴

Do mesmo modo, para PARIZATTO, a *celeridade* significa “a rapidez com que as ações afetas a tais Juizados deverão tramitar, garantindo-se a própria finalidade de suas instalações”.¹⁴⁵

MARINONI e ARENHART ainda acrescentam que decorrem da *celeridade processual* o estabelecimento de prazos mais exíguos para concluir-se o procedimento.¹⁴⁶

Assim, como bem resumido por FIGUEIRA DIAS, a partir dos anteriormente vistos princípios informadores dos Juizados Especiais, tem-se que:

As demandas precisam ser rápidas à solução dos conflitos (inclusive processando-se durante as férias forenses), simples no seu tramitar, informais nos seus atos e termos e o menos onerosas possível aos

¹⁴⁴ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 24.

¹⁴⁵ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 39.

¹⁴⁶ Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 707. (Curso de Processo Civil; v. 2)

litigantes, bem como econômicas, compactas, na consecução das atividades processuais.¹⁴⁷

Por fim, antes de se passar à questão do princípio do duplo grau, dentro do procedimento instituído pela Lei nº 9.099/1995, há que se mencionar que o Legislador, além de elencar os princípios orientadores do sistema especial dos Juizados, estabeleceu também que “sempre que possível”, deveria ser buscada a conciliação ou a transação.

3.4. Da relação entre o princípio do duplo grau e os princípios informadores do Juizado Especial Cível

Conforme pode se inferir do que foi dito anteriormente, a restrição do princípio do duplo grau de jurisdição no procedimento instituído pela Lei nº 9.099/1995 é decorrente da adoção do princípio da oralidade, defendida por doutrinadores como o ilustríssimo CHIOVENDA, do qual decorre outro princípio, qual seja, o da *irrecorribilidade das decisões interlocutórias*.

No entanto, é importante frisar o fato de que, embora tenha sido planejado para ser um procedimento eminentemente oral, a prática dos Juizados Especiais revelou um enorme distanciamento da teoria, acentuadamente no que diz respeito ao *princípio da concentração*.

Desde modo, embora tenha sido o procedimento especial criado com o intuito de não haver “espaço” para decisões interlocutórias no curso do processo, haja vista que o litígio seria decidido em uma única audiência, o que se pode ver concretamente é um sem número de decisões interlocutórias, contra as quais em tese, não cabe recurso.

¹⁴⁷ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 49.

Assim, apesar de, a rigor, a recorribilidade ir de encontro ao princípio da oralidade, há que se pensar mais detidamente se, especialmente no caso apontado por BAPTISTA DA SILVA¹⁴⁸, em que se admite recurso, a ser processado sem atrapalhar o prosseguimento da demanda, o duplo grau seria totalmente incompatível com o procedimento do juizado.

Além disso, cumpre também destacar que em determinadas circunstâncias, a possibilidade de se interpor recurso contra decisão interlocutória pode ser o único meio de se atender a um outro princípio informador do Juizado, qual seja o da *celeridade processual*, já que se o jurisdicionado for obrigado a esperar até a prolação da sentença para obter a tutela do seu direito, não se estará concedendo uma tutela jurisdicional efetiva e tempestiva ao cidadão, dentro do menor espaço de tempo possível.

Desta forma, inobstante o *princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias* ser corolário do *princípio da oralidade*, que por sua vez, é elencado como uma das “diretrizes” do procedimento regulado pela Lei nº 9.099/95, já há posicionamentos na doutrina e na jurisprudência favoráveis à “flexibilização” desse princípio, conforme será demonstrado no próximo Capítulo.

3.5. Conclusão

O processo dos Juizados Especiais Cíveis é norteado por cinco princípios fundamentais: oralidade, simplicidade, informalidade, economia e celeridade processual – sendo que o julgador tem o dever tentar obter sempre a conciliação ou a transação entre as partes.

¹⁴⁸ Silva, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de processo civil: processo de conhecimento. Vol. 1. 6. ed. rev. e atual. com as Leis 10.352, 10.358/2001 e 10.444/2002. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 68-69.

Como visto anteriormente, a restrição do *princípio do duplo grau de jurisdição*, mediante a adoção do *princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias*, é decorrente do *princípio da oralidade*.

Entretanto, é necessário ressaltar que, também como já mencionado, todos os princípios norteadores do procedimento dos Juizados Especiais têm como objetivo principal propiciar o acesso à Justiça ao maior número possível de cidadãos.

Conforme apontado por LENZA:

Dentro de uma linha de pensamento moderna, o acesso à justiça há de oferecer uma ampla admissão de pessoas e causas, de modo que todos, sem distinção, possam aduzir sua pretensão em juízo.¹⁴⁹

Nesse sentido, salienta-se que o acesso à Justiça importa não só na possibilidade de o indivíduo propor uma ação perante o Judiciário, como também no direito de receber uma tutela jurisdicional efetiva.

Assim, nos casos em que é proferida decisão interlocutória, principalmente deferindo ou indeferindo tutelas de urgência, parece ser acertado dizer que a impossibilidade de se recorrer dessa decisão afrontaria não só um ou outro princípio informador isoladamente, mas o objetivo primordial preconizado pelo Legislador ao instituir os Juizados Especiais, qual seja, o de ampliar o acesso à Justiça.

Deste modo, tendo em vista que o direito à tutela jurisdicional efetiva e o direito de acesso à Justiça são assegurados a nível constitucional, no próximo Capítulo se tratará de analisar a possibilidade de o duplo grau, por meio da recorribilidade das decisões interlocutórias, vir a ser um importante instrumento a favor da *celeridade processual* na busca da tutela jurisdicional efetiva e tempestiva.

¹⁴⁹ Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997, p. 26.

4. Capítulo III – Do Cabimento de recurso contra decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis

NADER, em seu livro *Filosofia do Direito*, transcreveu o pensamento de Santo Isidoro de Sevilha a respeito do que seria a meta ideal de uma lei, de modo que para esse último a lei:

Há de ser honesta, justa, possível, adequada à natureza e aos costumes, conveniente no tempo, necessária, proveitosa, clara, sem obscuridade que provoque dúvida e estatuída para utilidade comum dos cidadãos e não para o benefício particular.¹⁵⁰

É com base nessa referida “meta ideal” que se procura, no presente trabalho, analisar a Lei nº 9.099/1995 que disciplinou os Juizados Especiais Cíveis quanto à questão da recorribilidade de decisões interlocutórias: não somente pela literalidade do texto legal, mas levando-se em conta os preceitos de *utilidade, conveniência no tempo e proveito*.

Com relação a isso, mostram-se pertinentes os apontamentos feitos por THEODORO JÚNIOR:

É evidente que sem *efetividade*, no concernente ao resultado processual cotejado com o direito material ofendido, não se pode pensar em processo *justo*. E não sendo rápida a resposta do juízo para a pacificação do litígio, a tutela não se revela *efetiva*. Ainda que afinal se reconheça e proteja o direito violado, o longo tempo em que o titular, no aguardo do provimento judicial, permaneceu privado de seu bem jurídico, sem razão plausível, somente pode ser visto como uma grande injustiça.¹⁵¹

Nesse sentido, haja vista que a Lei dos Juizados foi promulgada no ano de 1995 e o que o Direito não pode ser estático, mas sim dinâmico, devendo se adaptar às mudanças da realidade social, há que se salientar “a importância da

¹⁵⁰ Nader, Paulo. *Filosofia do direito*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p.122.

¹⁵¹ Theodoro Júnior, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 33.

interpretação em relação à possibilidade de recursos perante os Juizados Especiais Cíveis”.¹⁵²

Para tanto, serão apresentados posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais favoráveis à interposição de recurso, especialmente nos casos de concessão ou indeferimento de tutelas de urgência, bem como na fase de execução, quando já não se faz possível a interposição do previsto *recurso inominado*.

Além disso, abordar-se-á outros Diplomas Legais elaborados posteriormente à Lei dos Juizados, que prevêm expressamente o cabimento de agravo de instrumento nas situações mencionadas, dentre eles, a Lei dos Juizados Especiais Federais e o Projeto do Novo Código de Processo Civil.

Desta forma, uma vez que já restou analisada a natureza do *princípio do duplo grau de jurisdição* e a sua relação com os princípios informadores do Juizado Especial, neste Capítulo procurará se demonstrar, especificamente, a possibilidade de o recurso de Agravo ser o instrumento capaz de proporcionar a tutela jurisdicional efetiva e o acesso à Justiça ao maior número possível de cidadãos.

4.1. Dos recursos previstos pela Lei nº 9.099/1995

A Lei dos Juizados Especiais admite expressamente dois tipos de recursos: o recurso para o próprio Juizado (chamado comumente de *recurso inominado*) e os embargos de declaração.

Em relação à primeira forma referida de impugnação de decisão judicial, CUNHA faz alguns apontamentos:

¹⁵² Cunha, J. S. Fagundes. Recursos e impugnações nos Juizados Especiais Cíveis. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 50.

Nos Juizados Especiais Cíveis, por regra geral, o recurso inominado constitui um tipo de recurso, que se tipifica por sua amplitude de conteúdo. A Lei dos Juizados admite que, mediante tal recurso, o julgamento realizado a quo seja objeto de um novo estudo e exame por um órgão jurisdicional – sempre colegiado – respeitando o princípio do duplo grau de jurisdição.¹⁵³

Segundo o referido autor, o recurso inominado pode ser utilizado contra qualquer tipo de *erro ou injustiça da sentença a quo*, bem como contra *qualquer tipo de irregularidade que possa invalidar* essa sentença, de modo que se mostra com conteúdo muito mais amplo do que qualquer outro recurso previsto pelo Código de Processo Civil, uma vez que todas as matérias postas para apreciação do juízo *a quo* podem ser reavaliadas.¹⁵⁴

Além disso, esse recurso previsto pelo artigo 41, da Lei nº 9.099/1995 diferencia-se do recurso de apelação quanto ao prazo para interposição, que é de dez dias e não quinze, e quanto aos efeitos que produz: enquanto a apelação produz, em princípio, os efeitos devolutivo e suspensivo, o recurso inominado produz, em regra, apenas o devolutivo.¹⁵⁵

Quanto aos embargos de declaração, esses são processados de forma semelhante à do procedimento comum: são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou dúvida e deverão ser opostos no prazo de cinco dias a contar da ciência da decisão, suspendendo o prazo para recurso, no caso de serem opostos contra sentença.

CUNHA ainda acrescenta que o recurso adesivo (para os casos em que há sucumbência recíproca) também seria cabível no procedimento do Juizado, sendo admitido inobstante a ausência de previsão na legislação especial.¹⁵⁶

O legislador, portanto, foi omissos quanto ao cabimento do recurso de agravo de instrumento para impugnar decisões interlocutórias, o que gera a

¹⁵³ Cunha, J. S. Fagundes. Recursos e impugnações nos Juizados Especiais Cíveis. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 69.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 129.

¹⁵⁶ Cunha, J. S. Fagundes. Op. cit., p. 90.

presunção de que essas são irrecorríveis, especialmente diante da adoção do princípio da oralidade pela Lei nº 9.099.

Ocorre que, como já mencionado anteriormente, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis foi promulgada no ano de 1995 e, desde então, sofreu alterações somente no que diz respeito à capacidade das partes para atuarem no processo. Todavia, muitas foram as mudanças sociais ocorridas durante esse período, de modo que se faz necessário “rever” as disposições desse Diploma Legal a partir das necessidades atuais dos cidadãos.

Sendo assim, inicia-se a análise do procedimento regulado pela Lei nº 9.099/95 a partir do instituto da tutela antecipada, que também não foi previsto expressamente por esse texto normativo, mas que, não obstante, é admitido pela doutrina e pela jurisprudência e enseja, em vários casos, a necessidade de a parte se utilizar de um recurso para impugnar a decisão que concede ou indefere essa tutela.

4.2. Da tutela antecipada e do recurso de agravo de instrumento nos Juizados Especiais Cíveis

A lei que instituiu os Juizados Especiais Cíveis no Brasil não trouxe insculpida de forma expressa em seu bojo a possibilidade de a parte formular pedido de antecipação de tutela no processo especial. No entanto, com o tempo essa medida foi sendo admitida pela doutrina e jurisprudência, diante da necessidade de o Direito se adaptar às transformações da vida social.

Cumprе salientar, contudo, que o entendimento acerca do cabimento da tutela antecipada no Juizado Especial não é uníssono, havendo divergências doutrinárias a esse respeito.

De acordo com CARVALHO SILVA, o pedido de tutela antecipada seria incompatível com o procedimento do Juizado Especial, já que este possuiria *um rito próprio previsto em legislação especial*. Porém, o mesmo autor salienta

que nada impediria que a parte formulasse uma medida cautelar, observando-se as regras trazidas pelo Código de Processo Civil acerca da matéria.¹⁵⁷

Na mesma linha, REINALDO FILHO sustenta que a partir do momento em que as partes optam pelo procedimento do Juizado, elas não podem, no curso do processo, utilizar-se de “institutos típicos do procedimento ordinário ou qualquer outro disciplinado no Código de Processo Civil”, uma vez que, segundo ele, a Lei nº 9.099 não teria adotado o CPC como fonte subsidiária. Deste modo, o doutrinador defende que a tutela antecipada não “tem lugar” dentro do procedimento sumaríssimo do Juizado, sendo de aplicação restrita do procedimento comum.¹⁵⁸

O caráter opcional do Juizado é então, para alguns, um relevante argumento para a não aceitação do pedido de tutela antecipada nesse sistema: tendo em vista que a utilização do procedimento regulado pela Lei nº 9.099 é opcional, caso o autor pretenda a concessão da antecipação da tutela, deverá ajuizar a demanda no juízo comum.¹⁵⁹

Por outro lado, há que se ressaltar os relevantes apontamentos feitos por REINALDO FILHO acerca dos doutrinadores que defendem a possibilidade de concessão dessa tutela nos Juizados Especiais:

Os que defendem a adoção da tutela antecipada no Juizado Especial argumentam que, em se tratando de providência que constitui forma de abreviar e agilizar a concessão da prestação jurisdicional, a sua adoção não atentaria contra a índole do órgão especial e do seu procedimento, cuja meta visou justamente a imprimir rapidez ao processo judicial. Não se estaria, assim, inobservando qualquer dos princípios informadores do processo especial, mas, bien au contraire, atendendo ao princípio da celeridade (art. 2º), que é um dos mais proeminentes na formação do seu caráter. Não se pode olvidar, alegam por fim, que, mesmo no Juizado Especial, a solução de uma demanda pode ser excessivamente demorada, o que justifica a possibilidade da utilização da tutela antecipada, para evitar prejuízos com o retardamento da consecução material do direito.¹⁶⁰

¹⁵⁷ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 11.

¹⁵⁸ Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 123-124.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 126.

¹⁶⁰ Ibidem, p.124-125.

SILVA JUNIOR defende o cabimento do pedido de tutela antecipada nos Juizados Especiais, atentando para que o fato de que essa justiça especial foi criada para proporcionar maior celeridade na resolução dos litígios trazidos ao Poder Judiciário. De acordo com ele, os institutos do sistema processual comum que se destinam a fornecer um “resultado rápido, útil e prático do processo” não poderiam ser restringidos nesse microssistema¹⁶¹, afirmando que:

Seria, então, ofensivo ao espírito da Lei nº 9.099/95, por limitar o acesso a uma justiça eficaz em favor daqueles que buscam os Juizados Especiais Cíveis, proibir-se a concessão de tutela antecipada nas ações processadas sob seu rito especial.¹⁶²

Nesse mesmo sentido, PARIZATTO afirma expressamente que estando presentes os requisitos inseridos no art. 273 do Código de Processo Civil, “poderá o juiz togado outorgar a tutela antecipada nas causas afetas ao Juizado Especial Cível”.¹⁶³

Da mesma forma, ROCHA defende que “é cabível a aplicação da antecipação da tutela jurisdicional e a concessão de medidas liminares no procedimento dos Juizados Especiais”¹⁶⁴, ao que é acompanhado por SALVADOR, que assegura que a antecipação vai ao encontro da “idéia de rapidez e de celeridade na prestação jurisdicional”¹⁶⁵.

NERY JÚNIOR também faz uma importante consideração sobre o assunto:

¹⁶¹ Silva Junior, Valdecy José Gusmão da. A antecipação de tutela nos Juizados Especiais. Disponível em: < <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3293> > Acesso em: 23.10.2010.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001, p. 231.

¹⁶⁴ Rocha, Felipe Borring. Juizados Especiais Cíveis, aspectos polêmicos da Lei nº 9.099 de 26/9/1995. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2000, P. 97.

¹⁶⁵ Salvador, Antônio Raphael Silva. Juizados especiais cíveis: estudos sobre a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995: parte prática, legislação e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2000, p. 42.

Não é suficiente o direito à tutela jurisdicional. É preciso que esta tutela seja adequada, sem o que estaria vazio o princípio. Quando a tutela para o jurisdicionado for medida urgente, o juiz, preenchidos os requisitos legais, tem de concedê-la independentemente de haver lei autorizando, ou ainda, que haja lei proibindo a tutela urgente.¹⁶⁶

Além disso, já no ano de 1999, havia se concluído no V Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis do Brasil, realizado na cidade de Salvador/BA, que “São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória dos Juizados Especiais Cíveis, em caráter excepcional”¹⁶⁷, sendo esse entendimento mantido posteriormente no evento realizado em 2004¹⁶⁸.

No plano jurisprudencial, a controvérsia ainda não foi completamente pacificada, entretanto, é possível encontrar um vasto número de decisões admitindo o uso desse instituto nos Juizados Especiais.¹⁶⁹

Como bem lembrado por FIGUEIRA JUNIOR, embora a intenção do legislador tenha sido a de resolver todo o litígio em uma única audiência, pode acontecer de surgirem incidentes antes desse momento processual, “exigindo do juiz instrutor uma decisão imediata da questão, a qual não pode ser postergada ao *decisum* final, sob pena de causar prejuízo às partes”.¹⁷⁰

Desta forma, haja vista que vem sendo fortemente aceita a aplicação do instituto da tutela antecipada no procedimento regulado pela Lei nº 9.099 e, partindo-se do pressuposto de que esse é um instrumento capaz de proporcionar uma resposta jurisdicional mais célere e efetiva aos cidadãos, não há como não se abordar a questão da recorribilidade das decisões que concedem ou indeferem esse tipo de pedido.

¹⁶⁶ Nery Júnior, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. Editora: RT. 8ª edição – 2004, p. 132.

¹⁶⁷ Enunciado nº 26 do V Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis do Brasil, realizado na cidade de Salvador – BA, em 21.05.1999.

¹⁶⁸ XVI Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis do Brasil, realizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em 24.11.2004.

¹⁶⁹ TRU/DF, processo nº 20040160003229, Relator Luciano Vasconcellos, julgado em 25/08/2004, publicado no DJU 08/09/2004; TRU/DF, processo nº 20060160007771, Relator: Alfeu Machado, julgado em 05/09/2006, publicado no DJU 29/09/2006.

¹⁷⁰ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 188.

A esse respeito, CUNHA, juiz do 4º Juizado Especial Cível de Curitiba, assinala com segurança:

Parece-nos que a interpretação correta, nos estritos limites do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, ainda, se e tanto, deferida medida de antecipação da tutela - que não integra a produção probatória oral -, nada obsta que seja interposto o recurso de agravo.¹⁷¹

Frise-se que, conforme o autor, a competência para julgar o agravo de instrumento, nesse caso, seria da Turma Recursal dos Juizados, haja vista que, segundo ele, o Tribunal de Justiça “não tem competência para conhecer recursos, mandados de segurança, ação rescisória ou qualquer outro remédio em relação aos julgados dos Juizados Especiais Cíveis”.¹⁷²

CHIMENTI também defende o cabimento do agravo de instrumento contra as decisões que negam ou concedem tutelas de urgências, além de outras situações excepcionais, tais como contra decisões proferidas após a sentença e antes da execução, ou contra a decisão que concede ou indefere o efeito suspensivo ao recurso interposto.¹⁷³

Por outro lado, mostra-se relevante a observação feita por FIGUEIRA JUNIOR, quando da análise da possibilidade de se utilizar do pedido de reconsideração, cabível no Juizado, contra determinadas decisões:

O pedido de reconsideração não encontrará ressonância prática e legal, porque a decisão concessiva ou denegatória referente à antecipação da tutela é do tipo que não permite ser revista pelo juiz, exceto quando utilizados os mecanismos adequados e no momento procedimental hábil.¹⁷⁴

¹⁷¹ Cunha, J. S. Fagundes. Recursos e impugnações nos Juizados Especiais Cíveis. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 90.

¹⁷² Ibidem, p. 82.

¹⁷³ Chimenti, Ricardo Cunha. Teoria e prática dos Juizados Especiais Cíveis. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 162.

¹⁷⁴ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 191.

Resta evidente, assim, que contra uma decisão que concede ou indefere a antecipação da tutela pretendida, o recurso de agravo de instrumento aparece como único instrumento processual eficaz para a prestação da tutela jurisdicional efetiva ao cidadão.

4.3. Da possibilidade de interposição de recurso contra decisão interlocutória nos Juizados Especiais Federais

No ano de 2001, foi promulgada a Lei nº 10.259 que dispôs sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Esse diploma legal “herdou todo o arcabouço recursal” contido na Lei nº 9.099/95, “à exceção do que expressamente disponha ou do que implicitamente encontre contrariedade”.¹⁷⁵

Atento à complexidade social e às efetivas necessidades da população, o Legislador previu expressamente a admissibilidade de tutela de urgência para evitar danos de difícil reparação (artigo 4º), bem como a possibilidade de interposição de recurso contra decisão que a conceda (artigo 5º).

Interessante ressaltar que, conforme exposto por ALVES, a impugnação da decisão que aprecia o pedido de tutela de urgência deverá ser feita através de recurso de agravo de instrumento, “a ser processado na forma do Código de Processo Civil junto à Turma Recursal”.¹⁷⁶

Ora, essa “incrementação” do sistema recursal contido na Lei dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais a fim de possibilitar a interposição de recurso contra decisão interlocutória que nega ou concede tutela antecipada não pode ser ignorada.

¹⁷⁵ Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 272.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 274.

Apesar do argumento de que o agravo só é cabível no Juizado Especial Federal por haver na lei previsão expressa “de tutelas de urgência (art. 4º) e de impugnabilidade das decisões que as neguem ou concedam (art. 5º)”¹⁷⁷, há que se constatar que, caso não fosse compatível com o objetivo central dos Juizados de fornecer uma resposta mais célere aos jurisdicionados, por certo que o Legislador não teria acrescentado ao sistema recursal da Lei nº 10.259 o cabimento das tutelas de urgência e do conseqüente recurso para impugná-las.

Desta forma, esse é mais um fator que deve ser levado em consideração na análise da questão da recorribilidade nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

4.4. Da manutenção do cabimento da impugnação recursal contra decisões interlocutórias no Projeto do Novo Código de Processo Civil

Dando continuidade à exposição dos Diplomas Legais que se seguiram à Lei nº 9.099/1995 e que previram de maneira expressa a possibilidade de se recorrer de decisões interlocutórias, cumpre salientar a posição adotada no Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro.¹⁷⁸

A continuidade do cabimento do recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas de urgência, bem como contra as proferidas na fase de cumprimento de sentença ou no processo de execução foi trazida expressamente no artigo 929, do PLS 166/2010:

Art. 929. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias:

I- que versarem sobre tutelas de urgência ou da evidência;

¹⁷⁷ Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 277.

¹⁷⁸ PLS 166/2010.

II- que versarem sobre o mérito da causa;

III- proferidas na fase de cumprimento de sentença ou no processo de execução;

IV- em outros casos expressamente referidos neste Código ou na lei.

Parágrafo único. As questões resolvidas por outras decisões interlocutórias proferidas antes da sentença não ficam acobertadas pela preclusão, podendo ser impugnadas pela parte, em preliminar, nas razões ou contrarrazões de apelação.

Verifica-se que não só o agravo foi mantido (uma vez que se mostra como o remédio adequado à prestação da efetiva tutela jurisdicional em determinados casos), como também foi “abolida” a preclusão, assim como alguns autores defendem acontecer nos Juizados.¹⁷⁹

Resta evidente, assim, que caso a simples ausência de preclusão fosse suficiente para a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva aos jurisdicionados, o Legislador não teria mantido expressamente o recurso de agravo contra certas decisões no Projeto do Novo Código de Processo Civil, como o fez.

A mera possibilidade de a parte apresentar seu inconformismo contra qualquer decisão proferida no curso do processo quando da interposição de recurso inominado não garante, por si só, a adequada e tempestiva tutela jurisdicional, de modo que apenas a impugnação imediata seria capaz de garanti-la.

Parece certo que se, no processo comum, continua garantida a impugnação recursal contra decisões interlocutórias que têm o condão de causar grave prejuízo à parte, ou que foram proferidas após a prolação da sentença, não há razão para não se estender esse entendimento aos Juizados Especiais Cíveis, que possuem como objetivo principal proporcionar soluções mais céleres aos litígios, bem como viabilizar o efetivo acesso à Justiça.

Ademais, já foi visto no presente trabalho que a ofensa ao princípio da oralidade somente restaria configurada caso fosse interposto recurso com

¹⁷⁹ Salvador, Antônio Raphael Silva. Juizados especiais cíveis: estudos sobre a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995: parte prática, legislação e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2000, p. 66.

efeito suspensivo contra a decisão interlocutória. No entanto, o agravo de instrumento pode ser processado sem suspender o curso processo¹⁸⁰, tendo andamento paralelo ao da causa, sem provocar qualquer tipo de retardo na marcha processual¹⁸¹, razão pela qual a recorribilidade não deve ser rechaçada de plano, sob pena de lesão ao princípio da adequada e tempestiva tutela jurisdicional.

4.5. Dos casos em que a recorribilidade das decisões interlocutórias é aceita nos Juizados Especiais

Como dito anteriormente, apesar de o recurso de agravo de instrumento não ter sido expressamente previsto pela Lei nº 9.099/1995, há situações em que essa forma de impugnação de decisão judicial é o único meio capaz de proporcionar a tutela jurisdicional efetiva e, em última análise, o acesso à justiça (de modo substancial) aos cidadãos.

Com o passar do tempo, doutrina e jurisprudência foram sedimentando entendimento quanto às situações em que seria admitido o uso do agravo de instrumento, no seio do procedimento do Juizado Especial. Sendo assim, far-se-á a exposição de algumas circunstâncias em que a recorribilidade das decisões interlocutórias vem sendo permitida.

Inicialmente, cumpre salientar a afirmação de FAGUNDES CUNHA acerca de que, à época da Lei que regulava os Juizados de Pequenas Causas, mesmo sem previsão expressa desse diploma legal, seria admissível recurso contra decisão interlocutória *para evitar dano irreparável*, já que “indispensável

¹⁸⁰ Ver arts. 527 e 558 do Código de Processo Civil.

¹⁸¹ Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 257.

para salvaguarda do direito da parte, em hipóteses restritas, cujo recebimento deve ser apreciado pela Câmara Recursal”.¹⁸²

Nesse sentido, veja-se a posição jurisprudencial quando da vigência da Lei de Pequenas Causas, que foi praticamente “copiada” pela Lei nº 9.099:

Recurso contra decisão interlocutória. Só admissível para evitar evidente dano irreparável. É reclamação não prevista na Lei 7.244/84, mas indispensável para salvaguarda do direito da parte, em hipóteses restritas, cujo recebimento deve ser apreciado pela câmara recursal.¹⁸³

A respeito da possibilidade de se interpor recurso contras as decisões interlocutórias no Juizado, CUNHA assinala:

Pela nova sistemática do agravo, no CPC, poderá o relator do recurso conceder efeito suspensivo aos efeitos da antecipação, entretanto, prosseguirá toda a marcha de desenvolvimento procedimental com a produção de provas e julgamento. Não é possível, a nosso ver, o recurso de agravo em situações que obstem (efeito suspensivo) a produção probatória e julgamento. Entretanto, quando as decisões das quais se recorre não integrarem a oralidade, nada obsta o recurso.¹⁸⁴

O autor, ainda, é taxativo ao afirmar que entende ser “possível o agravo no processo de conhecimento dos Juizados, em primeira instância”¹⁸⁵, bem como entende ser cabível esse recurso também no caso de ser “obstado o prosseguimento de recurso nominado”, justificando esse entendimento com base no fato de ser cabível o recurso de agravo contra decisão que nega seguimento a recurso extraordinário¹⁸⁶, conforme se depreende da lição de MELLO, no seguinte julgado:

¹⁸² Cunha, J. S. Fagundes. Recursos e impugnações nos Juizados Especiais Cíveis. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 138.

¹⁸³ TJRS, AG 01190732352, Rel. Des. Antônio Guilherme Tanger Jardim, julgado em 30/04/91.

¹⁸⁴ Cunha, J. S. Fagundes. Op. cit., p. 138.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 144.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 146.

Cabe recurso extraordinário das decisões que, emanadas do órgão colegiado a que se refere a Lei 7.244/84 (art. 41, § 1º), resolve controvérsia constitucional suscitada em processo instaurado perante o Juizado de Pequenas Causas. Denegado o recurso extraordinário em procedimento sujeito ao Juizado Especial de Pequenas Causas, **caberá agravo de instrumento**, no prazo legal, para o STF, não sendo lícito ao Juiz negar trânsito a esse recurso que, sendo de seguimento obrigatório (CPC, art. 528), não pode ter o seu processamento obstado. Cabe reclamação para o STF quando a autoridade judiciária intercepta o acesso à Suprema Corte de agravo de instrumento interposto contra decisão que negou trânsito a recurso extraordinário.¹⁸⁷

FIGUEIRA JUNIOR entende que, apesar de o legislador ter sido omissos quanto ao recurso do agravo de instrumento, a aplicação dessa figura “não está totalmente excluída do microssistema” em questão. O doutrinador também esclarece que o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, integrante do princípio da oralidade, visa a evitar a paralisação dos atos, bem como eventual tumulto capaz de prejudicar o bom andamento do processo. No entanto, de acordo com ele, a irrecorribilidade “não pode ser recepcionada em termos absolutos”, até mesmo nos Juizados Especiais.¹⁸⁸

Contudo, o referido autor sustenta que, desde que proferida “decisão interlocutória que cause gravame a qualquer das partes, não se pode obstar a interposição de *agravo*, pelo regime da *retenção*”, ou seja, para esse doutrinador, o agravo deve ser admitido a fim de evitar “sérios prejuízos aos litigantes”, porém não sob a forma de instrumento, mas pela forma retida.¹⁸⁹

De outro lado, CARVALHO SILVA assevera que a jurisprudência não estaria admitindo o recurso de agravo na fase cognitiva, já que o “*error in procedendo* (erro técnico do juiz quanto à condução do procedimento) e o *error in judicando* (erro do juiz quanto à justiça da decisão) podem ser apreciados e corrigidos pela via do recurso inominado”.¹⁹⁰

¹⁸⁷ STJ, Recl. 459, Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em 08/04/94, publicado no DJ em 08/04/94. *Boletim de Jurisprudência da LBJ*. 40: 1426.

¹⁸⁸ Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, p. 188.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 189.

¹⁹⁰ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 130.

No entanto, o referido autor argumenta que no curso do processo executivo, o uso do recurso de agravo de instrumento para ensejar a correção de eventuais erros cometidos pela 1ª instância é comum. Nesse caso, segundo CARVALHO SILVA, devem ser seguidas *à risca* as disposições trazidas no Código de Processo Civil para o processamento desse recurso, com a diferença que “deverá ser dirigido diretamente ao colégio ou turma recursal competente, por meio de petição”.¹⁹¹

Além disso, CARVALHO SILVA atenta para o fato de que a “2ª instância” vem admitindo o recurso de agravo de instrumento, no curso do processo de conhecimento, nos casos de denegação dos benefícios da assistência judiciária gratuita.¹⁹²

Na mesma linha de raciocínio, SALVADOR entende ser admissível o agravo de instrumento nos casos em que se mostra impossível a utilização do agravo retido ou a apresentação do inconformismo na sentença, por essa fase já ter sido ultrapassada. O autor ainda elucida que as Turmas Recursais dos Juizados têm conhecido do agravo de instrumento “em casos excepcionais, quando a parte precisa dele para levar ao órgão julgador *ad quem* o recurso inadmitido no curso do processo”¹⁹³, como se depreende do seguinte julgado:

A decisão que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita e julgou deserto o recurso, foi proferida nos próprios autos da ação. Logo, constituiu decisão interlocutória, passível de ataque por agravo de instrumento e não apelação.

Por outro lado, na espécie não se pode cogitar do cabimento do agravo retido, porquanto, julgado deserto o recurso interposto pelo ora agravante, este Colégio Recursal não teria oportunidade de julgar o agravo retido.

De resto, as disposições do Código de Processo Civil aplicam-se subsidiariamente às da Lei nº 9.099/95, razão pela qual entende-se aqui por correta e oportuna a interposição do agravo de instrumento.¹⁹⁴

¹⁹¹ Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 130.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Salvador, Antônio Raphael Silva. Juizados especiais cíveis: estudos sobre a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995: parte prática, legislação e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2000, p.66.

¹⁹⁴ TR/SP, recurso 1995, Rel. Juiz Sá Duarte, julgado em 20/06/96.

Portanto, é possível perceber que principalmente nos casos em que já foi proferida sentença, não sendo possível à parte exteriorizar o seu inconformismo mediante o uso do *recurso inominado*, não resta outra alternativa a não ser permitir o manejo do recurso de agravo de instrumento.

Ressalte-se também o apontamento de TEDESCO:

É certo que, quando da edição da Lei 9.099/1995, o procedimento então previsto pelo Código de Processo Civil para o agravo de instrumento não se coadunava com o rito abreviado dos juizados especiais, pois causava interferência no curso do feito em 1º grau, haja vista que o seu processamento tinha início perante o juiz singular.¹⁹⁵

Segundo esse autor, o entendimento de que não cabe recurso contra decisões interlocutórias no Juizado faz com que se afastem do procedimento especial “todas as causas que envolvam a necessidade de apreciação de tutela de urgência cujo indeferimento venha a desaguar no perecimento do direito”.¹⁹⁶ E ele acrescenta:

Essas demandas, que devem ser canalizadas para o procedimento ordinário, acabam por afastar o ideal de acesso à justiça, que é o verdadeiro norte dos juizados especiais cíveis, uma vez que imporão à parte via mais demorada e custosa.¹⁹⁷

Não obstante, atualmente o agravo de instrumento não possui mais, em regra, o efeito suspensivo e é interposto diretamente perante o juízo *ad quem*, de modo que não causa a paralisação processual vedada pelo princípio da oralidade e se adéqua perfeitamente ao procedimento do Juizado.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Tedesco, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis. In: Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Revista de Processo. Ano 34, n. 178, dez/2009. São Paulo: RT, p. 252.

¹⁹⁶ Ibidem, p.260.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Com o advento da Lei nº 9.139/95, o agravo passou a ser processado totalmente perante o juízo *ad quem*, sendo necessário apenas informar o juízo *a quo*, mediante simples petição, acerca da interposição do recurso.

Desta forma, quando há um perigo de dano grave e de difícil reparação, em que a parte não pode esperar até a prolação da sentença para “encontrar a tutela buscada sem sofrer perda ou redução significativa em sua situação jurídica”¹⁹⁹, parece que negar o direito de recorribilidade à parte é negar a própria prestação de tutela jurisdicional e obstar o efetivo acesso à Justiça.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo possui entendimento dominante no sentido de ser cabível o recurso do agravo de instrumento para os casos de lesão de grave e difícil reparação, conforme se depreende do Enunciado nº 2, formulado no I Encontro do Primeiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Capital, realizado no Fórum João Mendes Junior, na data de 04 de maio de 2006:

2. É Admissível, no caso de lesão grave e de difícil reparação, o recurso de agravo de instrumento no Juizado Especial Cível.

Cumpra-se colacionar também o entendimento jurisprudencial desse Tribunal:

Agravo de instrumento - no sistema especial, o cabimento do agravo é excepcional e só se dá quando existe a possibilidade da ocorrência de lesão grave objetivamente considerável - descabimento nas hipóteses de urgência meramente subjetiva - inteligência do Enunciado nº 2 do Colégio Recursal - inexistência de possibilidade real de lesão grave no caso dos autos - decisão agravada que não se apresenta como teratológica. Como contrária à lei ou à evidente prova dos autos, sendo descabida a sua reforma, nos termos do Enunciado nº 7 do Colégio Recursal dos Juizados Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo - não conhecimento do recurso.²⁰⁰

Juizado Especial Cível - Agravo de instrumento: cabimento quando presente os requisitos dos arts 544 e 557 do CPC (Súmula 2 do I Encontro do Primeiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais da Capital, aprovado por este C. Colégio na sessão administrativa de 21.11.2007; Enunciado 15 Fonaje). Cumprimento de sentença - Requerimento de prova pericial contábil: indeferimento. Recurso - Razões que não indicam quais os elementos de divergência cuja

¹⁹⁹ Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 614.

²⁰⁰ TJSP, AI 989090009959 SP, Rel. Des. Antonio Mário de Castro Figliolia, julgado em 04/02/09, publicado no DJ em 03/03/09

complexidade autorize a excepcional admissibilidade da prova. Cerceamento de defesa - Inocorrência. Agravo não provido.²⁰¹

Agravo de Instrumento - É admissível, no caso de lesão grave e difícil reparação, o recurso de agravo de instrumento no Juizado Especial Cível -ENUNCIADO n. 02 - Decisão liminar que determinou a exclusão do agravado do Banco de Dados do SERASA - Inexistência de lesão grave ou de difícil reparação - Recurso não conhecido.²⁰²

Desta forma, resta demonstrado que inobstante a ausência de previsão da Lei 9.099/1995 acerca do cabimento do recurso de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas no procedimento do Juizado Especial, tanto a doutrina, quanto a jurisprudência passaram a, em determinadas circunstâncias, admitir o uso de tal impugnação, como forma de fornecer a tutela jurisdicional adequada aos cidadãos.

4.6. Conclusão

Neste último capítulo, foram demonstradas algumas situações em que a recorribilidade das decisões interlocutórias vem sendo admitida por doutrinadores e por alguns Tribunais de Justiça do país.

Principalmente depois que o agravo de instrumento passou a ser processado inteiramente perante o juízo *ad quem*, não se pode mais dizer que esse tipo de impugnação afronta diretamente o princípio da oralidade (que possui como corolário o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias), haja vista que agora o trâmite do processo não ficará suspenso, via de regra, pela interposição do recurso.

²⁰¹ TJSP, AI 5575 SP, Rel. Des. Claudio Lima Bueno de Camargo, julgado em 31/07/08, publicado no DJ em 27/08/08.

²⁰² TJSP, AI 5103 SP, Rel. Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, julgado em 12/11/08, publicado no DJ em 25/02/09.

Além disso, como visto, outros diplomas normativos que se seguiram à promulgação da Lei nº 9.099 previram expressamente o cabimento do recurso de agravo para as decisões que concedem ou indeferem tutelas de urgência, tais como a Lei nº 10.259, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais em âmbito Federal, e o Projeto do Novo Código de Processo Civil.

Como bem lembrado por CUNHA:

Celeridade do processo e o seu informalismo não podem constituir fator que deprecie a qualidade do serviço jurisdicional prestado, deve prestar-se como fator de aprimoramento, chegando ao “decisum” justo, sem formalismos inúteis, quer sob pseudônimos de “seguridade” ou “solenidade”, mas presteza jurisdicional para alcançar o que é justo e não apenas o que é formal e final.²⁰³

Deste modo, diante da análise feita, resta indiscutível que em certos casos, a recorribilidade das decisões interlocutórias mostra-se como o único meio capaz de proporcionar a tutela do direito adequada ao cidadão, viabilizando assim o efetivo acesso à justiça ao maior número de jurisdicionados.

²⁰³ Cunha, J. S. Fagundes. Recursos e impugnações nos Juizados Especiais Cíveis. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 1997, p. 91-92.

5. CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, estudou-se a questão da irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis, sob a perspectiva da tutela jurisdicional efetiva e do direito de acesso à Justiça.

Para tanto, procurou-se analisar brevemente o princípio do duplo grau de jurisdição, estabelecendo-se uma relação entre ele e os princípios constitucionais de direito e entre ele e os princípios informadores do Juizado Especial, de modo a verificar se o duplo grau, através da recorribilidade das decisões interlocutórias, seria compatível com o procedimento regulado pela Lei nº 9.099/1995.

Por fim, foram expostos alguns posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito da questão, de forma que abaixo se apresentam, em síntese, as conclusões alcançadas:

1. O princípio do duplo grau de jurisdição não foi previsto *expressamente* pela Constituição Federal de 1988, de modo que pode sofrer restrições pelo legislador infraconstitucional. No entanto, haja vista que a garantia do duplo grau é considerada, por grande parte da doutrina, como inerente à cláusula do *due process of law*, a restrição desse princípio deve ser estabelecida cautelosamente, para que não resulte em um obstáculo ao próprio direito à tutela jurisdicional efetiva e inviabilize o acesso à Justiça.

2. O tema da recorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis é bastante controvertido, envolvendo não só aspectos principiológicos, mas também questões políticas, de escolhas legislativas.

3. Inobstante os Juizados Especiais Cíveis serem orientados por cinco princípios fundamentais, quais sejam, oralidade, simplicidade, informalidade, economia e celeridade processual, verifica-se que o principal objetivo desse microsistema consiste em proporcionar o efetivo acesso à Justiça ao maior número possível de cidadãos, a fim de reduzir ao máximo o fenômeno da litigiosidade contida.

4. A restrição do princípio do duplo grau de jurisdição nos Juizados Especiais Cíveis decorre da adoção do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, que por sua vez, é corolário do princípio da oralidade, informador do procedimento regulado pela Lei 9.099/1995.

5. Com a adoção do princípio da oralidade e, conseqüentemente, do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, o Legislador objetivou impossibilitar a paralisação do trâmite processual, a fim de ser fornecida uma resposta jurisdicional mais célere aos litígios.

6. Na prática, o processo do Juizado se distanciou do modelo que havia sido idealizado pela Lei nº 9.099/1995, principalmente no que diz respeito à concentração dos atos processuais. As demandas, ao contrário do imaginado, não são resolvidas em uma única audiência, verificando-se um longo tempo de espera até a prolação da sentença, o que abre margem para decisões interlocutórias proferidas durante a marcha processual.

7. Após as alterações trazidas pela Lei nº 9.139/95, o agravo passou a ser processado totalmente perante o juízo *ad quem*, sendo necessário apenas informar o juízo *a quo*, mediante simples petição, acerca da interposição do recurso. Essa nova forma de processamento faz com que o agravo não possua, em regra, efeito suspensivo e, deste modo, a impugnação judicial por esse instrumento não ofenderia, em tese, o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, já que o feito não será paralisado.

8. O fato de a Lei dos Juizados Especiais Federais prever expressamente o cabimento de recurso contra a decisão que aprecia pedidos de tutelas de urgência, bem como o fato de ter sido mantido pelo Projeto do Novo Código de Processo Civil o cabimento do recurso de agravo de instrumento para a impugnação de decisões que concedem ou indeferem a antecipação da tutela não podem ser desconsiderados quando se analisa a recorribilidade como mecanismo capaz de proporcionar a prestação da tutela jurisdicional efetiva.

9. Assim como defendido pela maior parte da doutrina, parece correto afirmar que a antecipação de tutela adéqua-se ao procedimento instituído pela Lei nº 9.099, uma vez que vai ao encontro do *princípio da celeridade*,

orientador do microssistema do Juizado Especial, ensejando a tempestiva e adequada tutela jurisdicional aos indivíduos.

10. Restringir-se, no Juizado Especial, o cabimento da tutela antecipada e do competente recurso para impugnar a decisão que concede ou indefere esse tipo de pedido significa obstaculizar-se o substancial acesso à Justiça, assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos. A impossibilidade de se recorrer desse tipo de decisão afrontaria não só um ou outro princípio informador isoladamente, mas o objetivo primordial preconizado pelo Legislador ao instituir os Juizados Especiais, qual seja, o de ampliar o acesso à Justiça.

11. A recorribilidade das decisões interlocutórias não deve ser estendida a toda e qualquer situação, entretanto, especialmente nos casos de concessão ou indeferimento de tutelas de urgência, indeferimento do processamento de recurso inominado, indeferimento do benefício de assistência judiciária gratuita, bem como contra decisões proferidas em sede de execução ou cumprimento de sentença, parece acertado admitir que o recurso de agravo de instrumento mostra-se como o único meio capaz de proporcionar à parte a tutela jurisdicional efetiva e tempestiva.

12. Desta forma, entende-se que a questão da recorribilidade das decisões interlocutórias deve ser tratada não apenas com base na legalidade estrita, mas levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto e os princípios fundamentais de Direito, de modo a se proporcionar, em última análise, a adequada e tempestiva tutela jurisdicional ao cidadão, além de se garantir o material acesso à Justiça.

6. REFERÊNCIAS

Alves, Francisco Glauber Pessoa. In: Nery Junior, Nelson; Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis: e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Vol. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

Alvim, José Manuel Arruda. Manual de Direito Processual Civil. v. I. Parte Geral.

Andrighi, Fátima Nancy. Juizados especiais cíveis e criminais. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

Bastos, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

Calças, Manoel de Queiroz Pereira. Dos Recursos Extraordinário e Especial à luz da Nova Constituição Federal. Revista de Processo, v. 62, 1990.

Chimenti, Ricardo Cunha. Teoria e prática dos Juizados Especiais Cíveis. São Paulo: Saraiva, 1999.

Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

Cretella Júnior, José. Comentários à Constituição de 1988. Vol. VI. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1999.

Cunha, J. S. Fagundes. Recursos e impugnações nos Juizados Especiais Cíveis. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 1997.

Figueira Junior, Joel Dias; Lopes, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

Grinover, Ada Pellegrini. Os princípios Constitucionais e o Código de Processo Civil. São Paulo: Bushatsky, 1975.

Juizado especial de pequenas causas: Lei n. 7.244, de 7 de novembro de 1984. Watanabe, Kazuo (Coord.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985.

Laspro, Oreste Nestor de Souza. Duplo grau de jurisdição no direito processual civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman; v. 33).

Lenza, Suzani de Melo. Juizados especiais cíveis. Goiânia: AB, 1997.

Lopes, João Batista. A prova no direito processual civil. São Paulo: RT, 1999.

Marinoni, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil, vol. 1: Teoria Geral do Processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. (Curso de Processo Civil; v. 2)

Nader, Paulo. Filosofia do direito. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Nery Junior, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo. 9. ed. rev., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com a análise sobre a relativização da coisa julgada. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

Nery Junior, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: RT, 2000.

Parizatto, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95. Minas Gerais: Editora Parizatto, 2001.

Portanova, Rui. Princípios do Processo Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997.

Reinaldo Filho, Demócrito Ramos. Juizados especiais cíveis: comentários à Lei nº 9.099/95. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

Rocha, Felipe Borring. Juizados Especiais Cíveis, aspectos polêmicos da Lei nº 9.099 de 26/9/1995. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris, 2000.

Rosa, Eliézer. Novo Dicionário de Processo Civil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1986.

Rosas, Roberto. Direito processual constitucional: princípios constitucionais do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983.

Sá, Djanira Maria Radamés de. Teoria geral do direito processual civil: a lide e sua resolução. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

Salvador, Antônio Raphael Silva. Juizados especiais cíveis: estudos sobre a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995: parte prática, legislação e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2000.

Silva, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2010.

Silva, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de processo civil: processo de conhecimento. Vol. 1. 6. ed. rev. e atual. com as Leis 10.352, 10.358/2001 e 10.444/2002. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Silva Junior, Valdecy José Gusmão da. A antecipação de tutela nos Juizados Especiais. Disponível em: < <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3293>> Acesso em: 23.10.2010.

Tedesco, Paulo Camargo. O STF e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias nos Juizados Especiais Cíveis. In: Wambier, Teresa Arruda Alvim (coord.). Revista de Processo. Ano 34, n. 178, dez/2009. São Paulo: RT.

Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 49. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Tucci, Rogério Lauria. Manual do Juizado Especial de Pequenas Causas. São Paulo: Saraiva, 1985.

Turma recursal única, juizados especiais cíveis e criminais do Paraná: anuário 2006. Cunha, J. S. Fagundes (Org.). Curitiba: Juruá, 2006.